



ATA N.º 11/XIII-1º/2021-25

1 - Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas 21H15, no Auditório da Escola Secundária do Monte de Caparica, sito na rua 25 de Abril, no Monte de Caparica, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2021”;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2021”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2022 e anos seguintes dos SMAS”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Demonstrações Financeira e Orçamentais – ano de 2021”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato de Delegação de competências do Município de Almada nos diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas de Almada no âmbito da transferência de competências da Educação”;

3.6 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos membros de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor Delegado dos SMAS”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Estratégia Municipal “Almada Município sem SIDA”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prorrogação do prazo de vigência da ORU de Almada Velha, por um período de cinco anos”;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prorrogação do prazo de vigência da ORU da Trafaria, por um período de cinco anos”;

3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Costa da Caparica”;

3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato-Programa Wemob, S.A. 2022”;

3.13 – Apreciação e votação da Proposta do Grupo Municipal do Partido CHEGA de inscrição do Deputado Municipal na 6ª Comissão Permanente Transportes Mobilidade e Acessibilidades.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU); Sónia Tchissolle Pires da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Silva (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS), Daniel Alexandre Teixeira Salgueiro da Silva (PS), Ana Paula Alves da Silva (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU), Maria Amélia Pardal (CDU), Inês Pizarat Correia Bom (BE) manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Olga Natália Maia Mariano (PS); Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); José António Lino Craveiro (PS) por impedimentos de Luísa Maria Freire Galvão e Catarina Isabel Garcia Paulino; António Paulo Júnior (CDU); Andreia Sofia Egas (CDU); António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de António Abrantes de Almeida, José Manuel Raposo Gonçalves e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU) por impedimento de António José Olaio da Silva, Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho, Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro e Beatriz Pé-Curto Mendes; Pedro Miguel Celestino Pereira (BE):

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Filomena Paris; A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Bruno Sandro dos Santos e o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Miguel de Amorim Matias (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João António Franco Rocha.

4.1.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registaram-se as faltas justificadas da Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU) e Do Senhor Deputado Municipal Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU).

4.2- O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Gabriel Machado da Rosa, e a Senhora Vereadora Ana Salvado em substituição da Senhora Presidente da Câmara e da Senhora Vereadora Francisca Parreira; a Senhora Vereadora Mara Rita Silva Martins em substituição da Senhora Vereadora Maria das Dores Marques Banheiro Meira; do Senhor Vereador Fernando Cordeiro Cruz em substituição da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua.

4.3 –Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU) “Fornecimento de estudo sobre transferência de competências no domínio da educação”, enviado para a Câmara Municipal em 14/03/2022, foi respondido em 31/03/2022;

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Inventariação sobre Imóveis e Serviços Camarários, outros”, enviado para a Câmara Municipal em 04/03/2022, ainda não foi respondido;

4.3.3 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Solicitação de envio de listagem de Edifícios Camarários Devolutos”, enviado para a Câmara Municipal em 04/03/2022, ainda não foi respondido;



4.3.4 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Inventário: Identificação de Associações”, enviado para a Câmara Municipal em 04/03/2022, ainda não foi respondido;

4.3.5 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Inventário: Identificação de Habitações Sociais; outras questões”, enviado para a Câmara Municipal em 04/03/2022, foi respondido em 31/03/2022;

4.3.6 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Inventário: Radiografia do Município nos termos sub exarados”, enviado para a Câmara Municipal em 28/03/2022, ainda não foi respondido;

4.3.7 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre utilização abusiva da zona dunar”, enviado para a Câmara Municipal em 11/03/2022, foi respondido em 25/03/2022;

4.3.8 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre utilização do herbicida “Chikara” em Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 11/03/2022, ainda não foi respondido;

4.3.9 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Saída da GNR do castelo de Almada e a Reabilitação do Imóvel de interesse histórico para a cidade pelo Programa REVIVE”, enviado para a Câmara Municipal em 04/02/2022, ainda não foi respondido;

4.3.10 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Julgados de Paz em Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 04/02/2022, foi respondido em 23/03/2022;

4.3.11 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Aquisição de terrenos e início do projeto Almada Cidade da Água na Margueira em Cacilhas”, enviado para a Câmara Municipal em 04/02/2022, foi respondido em 23/03/2022;

4.3.12 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Requalificação das Baterias de Alpena e Raposeira na Trafaria”, enviado para a Câmara Municipal em 04/02/2022, foi respondido em 23/03/2022;

4.3.13 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Solicitação de documentação relativa a processo de requalificação urbana (Processo nº 94/58”, enviado para a Câmara Municipal em 04/02/2022, foi respondido em 23/03/2022;

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas nº 07/XIII-1º/2021-25, 08/XIII-1º/2021-25 e 09/XIII-1º/2021-25 e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Município Alexandre Murteira,

5.1.1 – O Senhor Município Alexandre Murteira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estou aqui em representação de uma série de vizinhos meus, o administrador do condomínio onde resido, não pode estar presente por razões de natureza pessoal. Faço-me acompanhar de alguns vizinhos e do representante da Loja do Condomínio do Feijó (senhor Mário Palma), cujo as presenças muito agradeço.

E dou voz a outros tantos que decidiram não se deslocar até aqui hoje, pelo descredito que depositam nas instituições das quais V. Exas são ilustres representantes. Faço-me acompanhar também de uma pen com 81



MUNICÍPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

fotos ilustrativas da forma massiva e escandalosa, de como se faz a alimentação de pombos, gaivotas, cães e gatos no Largo Francisco Sanches e arredores, e também nomeadamente, no Terreiro Amato Lusitano.

Tenho 78 fotos ilustrativas de pombos mortos ao redor do Largo Francisco Sanches para demonstrar o espetáculo macabro criado pela inércia dos serviços da Câmara Municipal de Almada no meu entender.

Tenho 21 fotos com exemplos ilustrativos da dimensão dos estragos causados nas pinturas dos automóveis pelos dejetos dos animais. Tenho 13 vídeos ilustrativos não só da alimentação das aves, gatos e canídeos, bem como dos problemas inerentes à saúde pública, como carcaças de pombos esventrados, ratos e larvas de comida em putrefação.

Tenho 3 fotos de varias versões de casas para albergar animais vadios e como se não bastasse, ainda somos obrigados a presenciar a permanente modificação arquitetónica da situação.

Tenho mais conteúdos que não menciono aqui para não ser fastidioso e também o tempo é limitado.

Esta pen e todo o seu conteúdo estão disponíveis a quem os quiser consultar.

No passado dia 29 de novembro 2021, em Assembleia Geral de Condóminos discutimos problemática da alimentação dos pombos e gaivotas, perpetrada por uma residente do Largo Francisco Sanches.

No dia 16 de fevereiro de 2022, foi igualmente realizada uma assembleia noutro edifício, onde foi solicitada uma intervenção junto da Câmara Municipal de Almada para ajudar a resolver este problema. Posso mesmo adiantar que há neste momento pelo menos mais duas reuniões em edifícios do Largo Francisco Sanches, onde esta situação será bordada e esta será uma tentativa de demonstrar aos vossos serviços que existe dimensão no problema, pertinência e desagrado profundo por entre muitos dos moradores do Largo. Gostaria de fazer notar que esta situação se arrasta há anos onde, de forma isolada, dezenas de munícipes residentes já reclamaram junto dos vossos serviços, tendo até à presente data ficado a aguardar uma resposta por parte dos mesmos (ou seja, nada), nunca recebemos resposta nenhuma.

Aproveito ainda para fazer um parentese até porque se está a falar de questões de saúde pública para referir que, no caso do edifício onde eu residuo estivemos durante mais de quatro anos um problema de ruído de vizinhança com um canídeo e apesar de todas as denúncias às entidades competentes PSP, Presidência, Vereação, Fiscalização na pessoa da senhora Dra. Francisca Ferreira, que eu penso que hoje não estará presente, e só após a extração de uma certidão pelo Tribunal, é que foi iniciado um processo de contraordenação à proprietária do canídeo, do qual ainda hoje aguardamos resposta, e isto note-se que, foi há mais de um ano, mas nós aguardaremos de forma histórica a resolução desta situação.

Para quem quiser apontar o número deste processo é o processo PCO2/82/2021.

Nós não desistiremos absolutamente de fazer valer os nossos direitos. Temos na nossa rua pessoas doentes, idosas e preocupadas com esta situação. Algumas até reclamaram, mas estas situações são causadoras de um enorme desgaste e descrédito por parte dos munícipes que quase sempre parecem tentar vencerem-nos pelo cansaço e pela inércia dos serviços. Eu acho que isto põe um bocado em causa os nossos direitos. Permitam-me também fazer uma observação, é muito frustrante tentar fazer valer os nossos direitos contra um muro de silêncio. Não temos tido nada mais para além disso. Salvo uma pequena exceção que eu já mencionarei a seguir.

Se me é permitido também em referencia enquanto cidadão de pleno direito gostava de dizer que esta atitude é um autogolo, para utilizar a linguagem futebolística ou de uma forma mais bélica uma mina à nossa democracia de que os senhores, nossos políticos, tantas e tantas vezes se queixam.

Voltando ao problema em questão. Andamos há anos isoladamente a tentar travar a alimentação descontrolada de pombos, gaivotas, cães, gatos, ratos, baratas e outros animais, apesar disso as respostas são inexistentes.



Muitas vezes tentamos até chamar a atenção das pessoas que o fazem, não raras as vezes o que recebemos em troca, foi violência verbal, agressividade e alguns casos retaliações cuja origem não podemos em boa-fé apontá-las, mas elas de facto aconteceram.

Tudo o que queremos são as nossas ruas limpas, os nossos carros e edifícios a salvo de bombardeamentos de dejetos a que estão permanentemente a ser sujeitos por estes animais e urbanidade com os restantes vizinhos.

Se nós não conseguimos atingir nada disto até agora, então talvez possam ser os vossos serviços a fazê-lo.

Para terminar, gostaria de dizer que todas as nossas preocupações e necessidades encontraram muitas vezes respaldo na pessoa do senhor Presidente de Junta de Freguesia do Laranjeiro (Luis Palma). No entanto, pelo que sabemos, não basta apenas a sua boa vontade e sentido de diligência na entrega causa pública, porque os seus esforços barram, como os nossos, na burocracia, desconsideração ou inércia por parte dos serviços das diferentes instituições. E é por isso mesmo que estamos aqui hoje. Para vos pedir que façam a vossa parte para ajudar a resolver este problema que é no fundo um problema de todos nós.

Pessoalmente, não voto por votar. Não tenho cor política definida, sou apenas um munícipe que vota em quem serve a terra onde vive da melhor forma.

Muito obrigado, senhoras e senhores, pela vossa atenção. Muito obrigado senhor Presidente Luis Palma pelo seu esforço.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco e os Senhores Deputados Municipais Luís Filipe Palma (CDU) e Margarida Ramires Paulos (PAN).

5.2.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo de forma o mais telegráfica possível ao Senhor Múncipe Alexandre Murteira, eu penso que fez aqui várias dimensões de questões, eu confesso-lhe que não tenho registo de queixas no Largo Francisco Sanches, no Laranjeiro. Cruzam-se aqui várias dimensões, uma dimensão de fiscalização, eu nas áreas que tenho, neste caso do bem-estar animal, daquilo que eu percebi, três dimensões de problemas. Uma de pombos mortos, ou de alimentação de pombos, depois uma segunda dimensão de várias colónias de gatos e uma terceira dimensão pareceu-me de cães vadios. Penso que foram estas três dimensões de problemas. Eu estou totalmente disponível para falar consigo e até reunirmos e perceber do que é que estamos a falar em detalhe, para eu ter mais conhecimento, aqui não tenho informação. Aquilo que lhe posso dizer, no caso das colónias de gatos, é que nós estamos a fazer um trabalho de criar, estamos a trabalhar no Regulamento de Cuidadores Informais. Ou seja, mesmo por percebermos que no nosso Município temos várias situações de colónias de gatos descontroladas, e nós precisamos de estabelecer para quem cuida dessas colónias regras. Direitos e deveres, seja para as pessoas que cuidam, seja também para reorganizar num espaço essas colónias. Isso é aquilo que estamos a fazer. Mas eu aquilo que penso que pretende é uma resposta concreta a essa situação que colocou, eu não percebi toda a dimensão do problema, mas dentro em breve reúno-me consigo para perceber em detalhe e para conseguir dar uma resposta o mais exata possível.”

5.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Manifestar aqui também a solidariedade com o Senhor Múncipe Alexandre Murteira e naturalmente, sendo conhecedor desta situação há algum tempo, recorri-me aqui a alguma pesquisa rápida relativamente a este assunto, e reparo por exemplo, numa comunicação feita no dia 28 de outubro, deve ter sido dos primeiros emails que mandei após a renovação do mandato, onde se refere precisamente a situação de insalubridade no Largo Francisco Sanches. Faz amanhã precisamente seis meses que fizemos esta comunicação, enviada para o Gabinete da Senhora Presidente da Câmara Municipal, para os Serviços Municipais de Higiene e Salubridade e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

também para o Senhor Provedor do Animal. Resposta, zero. O que é lamentável. Já é haver resposta zero aos cidadãos, mais lamentável é haver resposta zero à Junta de Freguesia.

Portanto, é uma situação extremamente grave, urge de uma ação muito rápida, para resolver um problema que está ali de saúde pública e eu acho que seis meses não havendo resposta, se calhar o melhor é haver uma intervenção.”

5.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente relativamente a este assunto e também porque o Senhor Município Alexandre o trouxe até nós. Se de facto existe um problema por parte dos municípios que, e entendo que também tem que haver regras para alimentar animais, os animais existem, existe um programa sede, que permite a alimentação de gatos de colónias desde que registados. Portanto, essa alimentação é permitida por Lei. O PAN já apresentou por dois mandatos consecutivos, a proposta para a regulamentação da alimentação de animais na via pública, através da criação de um regulamento de cuidadores. No mandato anterior, foi aprovada não foi implementada, neste mandato continuamos ainda também à espera que seja implementada, portanto, é de extrema urgência que isso aconteça, porque se por um lado, o Senhor Município Alexandre diz que se sentem muitas vezes também ameaçados ou insultados pelas pessoas que alimentam animais, o mesmo se passa ao contrário, muitas cuidadoras de animais também se queixam que são insultadas por vizinhos que não gostam que elas alimentem animais. Portanto, para se acabar com estes conflitos, é preciso que existam regras claras para todos e que todos as respeitem.”

5.3 – Para uma interpelação à Mesa usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós estamos a usar o artigo de pergunta à Mesa, artigo 49º do Regimento, e é com essa base regimental que nós nos estamos a dirigir à Mesa para esta questão.

Queremos saber porque motivo foi recusado por duas vezes um requerimento, 05/2022 do Grupo Municipal do CHEGA, e o envio para os serviços competentes. A resposta que tivemos dos serviços foi: “Relativamente ao pedido de informações efetuado no referido requerimento, e uma vez que julgo dispor das informações solicitadas por uma questão de celeridade e economia processual, queira encontrar infra as informações pretendidas”.

Peço desculpa, mas julgo que não é uma resposta formal da Assembleia Municipal. Remeter para CHEGA, ir visualizar páginas do youtube para obter resposta necessária, que é um site externo à Assembleia Municipal, que é um site externo à Câmara Municipal, não é de todo aceitável. Dizer que os Deputados do CHEGA podem ler cinco anos de Atas para obter informação, não é a celeridade nem economia processual. É, na interpretação do CHEGA, uma usurpação de poderes, uma vez que a Câmara Municipal, na figura dos seus Recursos Humanos, possui toda a informação necessária relativa às nossas questões. Pelo que não é aceitável.

Da resposta dada à primeira ocasião, respondemos que não aceitamos a mesma, e na segunda dizendo que não se acrescentaram factos novos.

O CHEGA quer que o requerimento que efetua a 18 de março de 2022, seja encaminhado para os serviços competentes da Câmara Municipal de Almada.”

5.2 – Usou ainda da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para prestar esclarecimentos.



5.2.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente da Câmara, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma muito sucinta vou explicitar o entendimento sobre a matéria, sem prejuízo de o assunto poder ser considerado em Conferência de Representantes, como penso que é adequado. Depois, se o Grupo Municipal do CHEGA entender conveniente, poderá apresentar uma proposta aqui na Assembleia Municipal, visto tratar-se de assuntos da competência da Assembleia Municipal, nos termos legais e regimentais adequados.

Relativamente à norma do Regimento que invoca, essa norma do Regimento destina-se a interpelar a Mesa sobre os trabalhos que estão a decorrer e não sobre outros aspetos. Mas, como lhe disse, não vamos criar aqui um problema processual.

Portanto, os requerimentos de informação à Câmara Municipal são apresentados pela Assembleia Municipal, a requerimento dos Senhores Deputados Municipais. Entendo eu, como Presidente da Assembleia Municipal, que não devo enviar para a Câmara Municipal requerimentos que versam informações que são do conhecimento público ou do conhecimento da Assembleia Municipal. Nesses casos, a própria Assembleia Municipal dá o esclarecimento que entende por conveniente.

As matérias que colocou, para além dos considerandos que eu me abstenho de referir, o Senhor Deputado Municipal queria informar-se sobre: presenças e ausências da Senhora Vereadora Joana Mortágua, intervenções e propostas apresentadas pela Senhora Vereadora Joana Mortágua, importâncias auferidas pela Senhora Vereadora Joana Mortágua. Aquilo que eu o informei foi que as presenças e ausências da Senhora Vereadora constam das Atas e das Minutas das Atas, tanto da Assembleia Municipal como da Câmara Municipal. E, portanto, se o Senhor Deputado Municipal não tem algum desses documentos, pergunta, pede e nós disponibilizamos, não há problema nenhum.

Queria saber também sobre quais eram as intervenções e as propostas feitas. As intervenções e as propostas feitas pela Senhora Vereadora Joana Mortágua, constam das Atas e das Minutas das Atas e são do conhecimento público também, porque são transmitidas em streaming pela internet. E, portanto, é matéria que não só é transmitida na altura, como fica na nuvem disponível para quem quiser consultar.

E depois, utilizando vários considerandos também que me abstenho de referir, pergunta quais é que são as importâncias auferidas. Ora, a Senhora Vereadora Joana Mortágua, exerce o mandato em regime de não permanência, e todos os eleitos em regime de não permanência, Deputados Municipais, Vereadores, auferem senhas de presença pelas reuniões em que participam. Quando não participam não recebem, quando participam recebem. Qual é o valor dessa senha de presença? O valor dessa senha de presença está fixado na Lei e é igual para os Senhores Vereadores em regime de não permanência e para os Senhores Deputados Municipais. E, portanto, o Senhor Deputado Municipal como recebe as senhas de presença sabe qual é o valor respetivo.

Como as matérias são do conhecimento público, ou constam de documentos, o Senhor Deputado Municipal invoca uma norma que tem a ver com o acesso aos documentos administrativos, sendo que esses documentos administrativos estão à sua inteira disposição. Isso foi explicado, foi explicado de forma detalhada, foi reafirmado e, portanto, o Presidente da Assembleia Municipal, sobre essa matéria decidiu, está decidido. Se o Senhor Deputado Municipal quiser recorrer para o Plenário, apresenta uma proposta nos termos legais e regimentais e a Assembleia Municipal decide, porque obviamente, o Presidente da Assembleia Municipal é apenas um Deputado Municipal (ou se quisermos utilizar a expressão latina “um primus inter pares”) e a Assembleia Municipal decide e o Presidente obedece. É o que tenho a dizer sobre a matéria.”

5.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, com a resposta que nos foi dada nós fazemos a invocação do Regimento, achamos que temos direito à leitura do Regimento.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O artigo 14º, Direitos dos Deputados Municipais diz: alínea e) apresentar requerimentos, alínea j) requerer por escrito à Câmara Municipal por intermédio da Mesa da Assembleia Municipal, informações e esclarecimentos. Ponto 8, requerimentos solicitando informações e esclarecimentos previstos na alínea j), nº 1, devem ser respondidos pela Câmara Municipal. Ponto 10, relativamente aos requerimentos e respetivas respostas, compete à Assembleia Municipal determinar a sua publicação no sítio da internet da Assembleia Municipal; alínea b), informar a Assembleia Municipal no início de cada Sessão todos os requerimentos entrados, fazendo menção sucinta ao assunto identificando os subscritores, assim como da falta de resposta.

Não vejo nenhum destes pontos das competências da Mesa sobre os requerimentos a dizer que podem tecer considerações ou opinião sobre os considerandos das mesmas, ou se pode responder usurpando os poderes à Câmara Municipal. A Mesa viola continuamente o Regimento, não enviando o requerimento para a Câmara Municipal de Almada, estando a usurpar competências que são da responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal de Almada. Em parte, nenhuma do Regimento está o direito de se sobrepor à Presidente da Câmara Municipal, em responder a um requerimento que é dirigido especificamente à Câmara Municipal.

Senhor Presidente, vai cumprir o que está estipulado no Regimento? Não. Solicito que fique lavrado em Ata que não irá cumprir o Regimento, para nós retirarmos uma certidão de teor para entregarmos às entidades correspondentes.”

5.2.3 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente da Câmara, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Deputado Municipal sabe perfeitamente que as suas declarações vão constar em Ata e depois o Senhor Deputado Municipal tomará as providências que entender por convenientes.

Relativamente à questão que colocou, a minha decisão foi tomada está de acordo com a Lei e com o Regimento e, portanto, não tenho mais nada a acrescentar sobre a matéria.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.2 - Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.2.1- Pelo Falecimento de António Maldonado Gonelha apresentado pelo Senhor Deputado Sérgio Faria Bastos (PS);

6.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria de Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Faleceu no passado dia 13 de abril de 2022 o antigo sindicalista, Deputado, ministro e gestor António Maldonado Gonelha.

Nascido em Lisboa em 9 de junho de 1935, Maldonado Gonelha destacou-se ao longo de toda a sua vida como um exemplo de coragem e de determinação no combate pela Liberdade e pela construção da Democracia, revelando excecionais qualidades políticas e humanas que deixaram marca naqueles que consigo privaram.

Eletricista de profissão, com formação em eletricidade e radiotécnica, Maldonado Gonelha concluiu o 4.º Ano de Matemáticas Superiores da Faculdade de Ciências.

O seu percurso cívico inicia-se no movimento sindical, ainda antes do 25 de Abril, acreditando sempre no papel que a liberdade sindical deveria assegurar numa democracia plural e na dinamização da vida económica, social e política do País. No Sindicato Nacional dos Eletricistas e na Federação Nacional dos Sindicatos dos Eletricistas, o seu papel ativo torna-o figura de destaque, tendo mesmo chegado a ser designado para a Câmara Corporativa como vogal do conselho geral desta federação sindical, entre 1973-74, antes da queda da Ditadura. Já em Democracia, permanece ligado ao mundo sindical e desempenhará um papel preponderante na formação da UGT.



Politicamente ativo antes e depois da Revolução dos Cravos, Maldonado Gonelha teve um invejável percurso político, tendo desempenhado os mais relevantes cargos públicos. Nos primeiros governos provisórios foi adjunto do Ministro dos Transportes e Comunicações e do Ministro da Indústria e Subsecretário de Estado do Trabalho. Mais tarde, foi Secretário de Estado do Trabalho do I Governo Constitucional, Ministro do Trabalho nos I e II Governos Constitucionais e Ministro da Saúde no IX Governo Constitucional. Foi também Deputado à Assembleia da República na I Legislatura (pelo círculo de Setúbal), na II Legislatura (pelo círculo de Leiria), e na III e IV Legislaturas (de novo por Setúbal) e exerceu funções como presidente da Assembleia Municipal de Setúbal após as primeiras eleições autárquicas de 1976. Seria aí, aliás, que marcaria grande parte do seu percurso no Partido Socialista, presidindo à respetiva Federação Distrital.

O seu prestígio e reconhecida competência como gestor levaram-no, mais tarde, a ocupar cargos públicos e privados de direção, integrando a administração da EDP, da Petrogal, da Quimigal, da COVINA, da Fórum Atlântico, da Lusitânia-Companhia de Seguros e do Montepio Geral tendo, também, presidido à Fundação Caixa Geral de Depósitos. Foi, ainda, presidente dos conselhos gerais dos Hospitais de Santa Cruz e de Miguel Bombarda e do Grupo Hospitalar de Cascais José de Almeida.

Cidadão de convicções fortes, Maldonado Gonelha era uma pessoa singular. As suas muitas qualidades políticas e humanas – invulgar inteligência, grande perspicácia, capacidade organizativa e de trabalho, enorme afabilidade nas relações humanas – marcaram indelevelmente aqueles que com ele privaram e com ele se empenharam na defesa dos valores da liberdade e da democracia. Permanecerá, por isso, um exemplo e uma inspiração para todos os que prosseguem na construção desse caminho.

Assim a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 27 de abril 2022, manifesta o seu profundo pesar pelo seu falecimento, transmitindo à sua família, ao PS e aos seus muitos Amigos as mais sentidas condolências.”

6.2.2 – Falecimento de Eunice Muñoz apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU);

6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aos 93 anos de idade, mais de 80 de carreira artística espaiada pelo Teatro (principalmente), Cinema, Televisão e Declamação, faleceu na madrugada da passada Sexta-Feira, 15 de abril, a Enorme Atriz Portuguesa Eunice Muñoz.

Estreou-se no palco do Teatro Nacional de Dona Maria, quando tinha apenas 13 anos de idade – não sem que antes tivesse, desde os cinco anos de idade, surgido em pequenas participações na companhia ambulante da sua família –, quando foi levada à cena a peça “Vendaval”, encenada por outra Grande Senhora dos palcos portugueses, Amélia Rey Colaço, e por Robles Monteiro.

Premonitório ou não, o título da primeira peça representada por Eunice traduz com fidelidade o que seria a sua vida artística nas oito décadas completas que se sucederam: um verdadeiro vendaval de vida, criatividade, emoções, qualidade, dedicação, que a Atriz fez questão de sempre afirmar como pedras de toque indissociáveis da sua presença no palco.

O percurso artístico de Eunice Muñoz no teatro inclui mais de 120 peças, e perto de trinta companhias diferentes e não se resumiu ao teatro. Em produções cinematográficas e televisivas, o nome de Eunice Muñoz surge referenciado em mais de 80 elencos, incluindo filmes, telenovelas e outros programas.

Eunice Muñoz é inequivocamente uma referência incontornável da arte de representar que se faz com enorme qualidade em Portugal, que permanecerá viva por muitos e muitos anos para lá do desaparecimento físico da Atriz.

Recebeu, pela sua carreira, mais de uma dezena de prémios e distinções oficiais, destacando-se a de Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada (1981), grau de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique (1991),



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique (2011), Grã-Cruz da Ordem do Mérito (2018) e a Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada (2021)–e a Medalha de Mérito Cultural (1990).

A permanente inquietação por aprender sempre alguma coisa e fazer sempre melhor aquela que era a sua arte, expressou-a de forma eloquente quando celebrou 70 anos de carreira: “A minha luta é melhorar, melhorar, melhorar. A minha luta é essa mesmo. E nunca fico contente, fico sempre de pé atrás, porque, de uma maneira geral, não gosto de me ver”.

Como pessoa simples e humilde, como são geralmente as grandes figuras humanas que se destacam pela sua qualidade e capacidade pessoais, Eunice Muñoz afirmou mais tarde, nos 80 anos de carreira: “Agradeço sobretudo a vocês, ao público, que me acarinhou, que me aplaudiu desde que comecei, até agora que comemoro os meus 80 anos de carreira”, acrescentando que “o teatro precisa de nós, de nós no palco e de vocês que recebem o melhor que temos para dar” e que, em 2021, “apesar dos dias estranhos e difíceis, o belo continua a existir”.

A Atriz deixou também em Almada, capital por excelência do Teatro em Portugal, a sua indelével marca artística. Em 1985 foi a Figura Homenageada pelo Festival de Almada, em 1988, interpretou a personagem principal na peça “Oração”, de Arrabal, na 5ª edição do Festival e em 2010 declamou poesia numa sessão partilhada com Carmen Dolores e Maria Barroso, esta última personalidade homenageada pelo Festival nessa edição. Eunice foi, como espetadora, frequentadora assídua não apenas do Festival, mas também das encenações da Companhia de Teatro de Almada, do Teatro Extremo e de outras companhias de Teatro de Almada.

Eunice Muñoz foi também uma Artista e uma Mulher profundamente comprometida com os valores da Liberdade e da Democracia, intervindo ativamente, enquanto cidadã e enquanto artista, na defesa intransigente das conquistas alcançadas pelo povo português com a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Eunice Muñoz, a Mulher e a Artista, partiu fisicamente do nosso convívio. Dela, da Atriz e da Mulher, guardaremos para a memória futura dos tempos todos, o enorme exemplo de vida e dedicação à arte, à beleza e à partilha e usufruto do saber e do conhecimento através da arte de representar nos palcos da vida.

À Família de Eunice Muñoz, aos seus filhos, netos e bisnetos, aos Atores e Atrizes, Técnicos e Criadores, Homens e Mulheres do Teatro, do Cinema, da Televisão e da Arte em geral, a todos os seus muitos e muitos amigos e companheiros de jornada, a Assembleia Municipal de Almada expressa as mais sentidas condolências pelo desaparecimento físico desta Grande Senhora das artes de Portugal, na certeza de que partiu a pessoa, mas fica, perene e bem presente, o seu exemplo.”

6.2.3 – Pelo Falecimento de Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Henrique Alexandre Margarido (PS);

6.2.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Alexandre Margarido (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/ad Deputados/as Municipais,

Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira, natural de Lisboa, nasceu em 13 de julho de 1944. Faleceu, no passado dia 18 de março com 77 anos.

Foi Docente, Político, Deputado e Homem de Cultura.

Licenciado em Engenharia Civil e doutorado em Ciências de Gestão, Joel Hasse Ferreira foi também professor catedrático da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, professor coordenador do Instituto Superior de Tecnologia e professor convidado da Universidade Nova de Lisboa.

O seu profundo e vasto conhecimento deu origem a várias obras literárias e a ser conferencista convidado em Portugal e em outros países.

O seu prestígio e reconhecida competência como gestor levaram-no a ocupar cargos públicos e privados, designadamente presidente do Instituto de Gestão dos Fundos de Capitalização da Segurança Social, presidente



do Conselho de Administração da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa e administrador da Empresa do Jornal do Comércio.

Homem de convicções, um firme combatente que sempre defendeu a liberdade, a democracia e os Direitos Fundamentais.

No Poder Local democrático deixou marcas indeléveis, nomeadamente enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra (1990 – 1993), Vereador da Câmara Municipal de Sesimbra (1994 – 1997) e, ainda, como Vereador da Câmara Municipal de Lisboa (1982 – 1985).

De 2004 a 2009 foi eleito Deputado do Parlamento Europeu, tendo nesse período participado em diversas comissões, onde se distinguiu.

Antes de assumir a função de Deputado ao Parlamento Europeu, Joel Hasse Ferreira foi um dos mais distintos parlamentares em diversas legislaturas. Deputado à Assembleia da República, eleito pela antiga União da Esquerda para a Democracia Socialista, foi como Deputado eleito pelo Partido Socialista, que Joel Hasse Ferreira se reafirmou como um dos mais brilhantes parlamentares da sua geração.

A sua frontalidade, lealdade e força na defesa das causas que abraçou sempre foram acompanhadas pelo respeito pelos seus opositores, o que lhe permitiu granjear amizades e conquistar a admiração de todos.

O falecimento de Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira constitui uma perda irreparável para o país, para a democracia, para os seus muitos amigos, e, sobretudo, para a sua família.

Neste momento de pesar, a Assembleia Municipal de Almada reunida em 27 de abril de 2022, presta a justa homenagem e este resistente antifascista e apresenta as suas mais sentidas condolências aos seus amigos e à sua família.”

6.2.4 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.2.4.1 – O voto de pesar pelo Falecimento de António Maldonado Gonelha foi aprovado por unanimidade.

6.2.4.2 – O voto de pesar por falecimento de Eunice Muñoz foi aprovado por unanimidade.

6.2.4.3 – O voto de pesar por falecimento de Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira foi aprovado por unanimidade.

6.2.5 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.4 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE), para apresentar um Voto de Saudação ao “1º de Maio”;

6.4.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é relembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão, os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.

Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).

Portugal atravessa hoje um período complexo. Ainda a par com desafios trazidos por mais de 2 anos de pandemia ao nível da saúde, essa mesma pandemia teve consequências para a economia e para os trabalhadores e trabalhadoras. Atravessamos, hoje, um momento em que são necessárias respostas mais robustas à perda de rendimentos provocada pelo aumento da inflação, em particular nos preços dos combustíveis e energia, que têm tido um impacto brutal nos preços de bens essenciais.”

Por isso, assinalar o 1º de maio é também um momento de exigir a melhoria das condições de trabalho, mas acima de tudo a valorização dos salários, tanto da função pública (congelados há mais de 10 anos) como do setor privado, em que a inflação irá, rapidamente, suprir os aumentos previstos.

Assim, a defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e todos. Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido relembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno.

No nosso Município de Almada continuam a ser preocupantes as situações das trabalhadoras e dos trabalhadores da autarquia. A instabilidade e precarização laboral recentemente vivida por 39 auxiliares de ação educativa dos equipamentos de infância sob responsabilidade da Câmara Municipal de Almada foi também uma demonstração dos muitos desafios que permanecem no nosso município, no que diz respeito à luta pelos direitos plenos dos trabalhadores.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 27, 28 e 29 de abril de 2022, delibera:

1. Saudar o 1º de Maio e a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público;

2. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações de Almada que em defesa da nossa saúde asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência.”

6.4.2 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE), para apresentar um Voto de Saudação ao “25 de Abril”;

6.4.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O ano de 2022 marca o arranque das celebrações do 50º aniversário da Revolução de Abril, que se assinalarão ao longo de 5 anos (2022 a 2026). É tempo de lembrar a história da resistência à ditadura e ao colonialismo, convocar a memória e a atualidade dos dias da Revolução, de transformação e de esperança que deram origem à democracia portuguesa, e contra a opressão.

Foi através da ação desencadeada pelos Capitães de Abril, apoiada pelo Povo, que se terminou com a ditadura fascista do Estado Novo, que se pôs fim à PIDE, que se acabou com a censura, que se libertaram os presos políticos e que se terminou com a guerra colonial. A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais.

Devemos celebrar as conquistas da Liberdade e dos direitos fundamentais que foram adquiridos, nomeadamente na saúde, que veio proporcionar a criação do Serviço Nacional de Saúde, na educação, que deu lugar à criação da Escola Pública, no direito à habitação e nos direitos dos trabalhadores, dando lugar a uma maior dignidade para quem trabalha.



O 25 de abril não é apenas importante como data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Ainda assim, as conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a Revolução não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social.

Quando o neoliberalismo e a extrema direita lançam a sua sombra de regressão política, social e civilizacional, num ataque frontal às conquistas de Abril, manter viva esta celebração é continuar a defender a Constituição da República. E fazemo-lo em solidariedade e intercâmbio com os povos da Europa e do mundo que hoje enfrentam a mesma ameaça de retorno à barbárie e que a combatem.

No ano em que voltamos a celebrar o 25 de abril de uma forma mais próxima da “normalidade” pré-pandémica, reiteramos a defesa dos valores da liberdade, democracia e solidariedade. Porque manter viva a lembrança simbólica desse marco fundador da democracia é, igualmente, continuar a manter viva a luta pela conquista de mais direitos e de uma vida mais justa para todas e todos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 27, 28 e 29 de abril de 2022, delibera:

1. Saudar o 48º aniversário da Revolução de Abril, bem como as comemorações do 50º aniversário que decorrerão entre 2022 e 2026, prestando tributo a todas e todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação do Estado Social.”

6.4.3 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE), para apresentar uma Recomendação “Solidariedade com o povo ucraniano, pela implementação urgente de medidas para apoio e acolhimento a pessoas refugiadas e de sanções contra a oligarquia russa”;

6.4.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na madrugada do dia 24 de fevereiro de 2022, as tropas da Federação Russa invadiram a Ucrânia.

Esta agressão merece condenação sem reservas. Devemos solidariedade ativa ao povo ucraniano e a todas as pessoas que se estão a manifestar contra esta invasão por todo o mundo, sobretudo na Federação Russa, onde milhares de cidadãos e de cidadãs foram já detidos pelo regime autoritário de Vladimir Putin.

Para travar esta invasão, Portugal e a União Europeia devem aplicar duras sanções aos dirigentes russos, aos oligarcas que sustentam, apoiam, e dependem do regime, bem como às respetivas empresas que suportam o esforço de guerra. Os estados-membros devem ainda oferecer o seu apoio político, diplomático e económico à Ucrânia para a preservação da sua integridade territorial e soberania política. A forma mais eficaz de travar os planos bélicos de Vladimir Putin é garantir que a oligarquia que o sustenta fica sem meios para financiar a guerra na Ucrânia.

Num momento em que a guerra está em curso, é fundamental proteger as populações e garantir a sua segurança. Para tal, é necessário criar corredores seguros para os refugiados e garantir o seu acolhimento condigno.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 27, 28 e 29 de abril de 2022, recomenda:

1. Que o município de Almada se disponibilize para receber pessoas refugiadas da guerra na Ucrânia, inclusive menores não acompanhados, assegurando todas as condições para o seu acolhimento;

2. Que a autarquia colabore para a reunificação familiar das pessoas já residentes no concelho, em articulação com a comunidade ucraniana cá residente;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3. Que o município de Almada se disponibilize para acolher opositores à guerra perseguidos pelo regime autoritário da Federação Russa;

4. Que a autarquia que inste o Governo português a aplicar sanções efetivas à oligarquia russa, revogando os vistos Gold anteriormente atribuídos e congelando e expropriando os bens que detêm em território nacional;

5. Que a autarquia inste as autoridades europeias a tomar medidas efetivas que impeçam o financiamento do esforço de guerra russo.”

6.4.4 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE), para apresentar uma Recomendação “Por um Julgado de Paz em Almada”;

6.4.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os Julgados de Paz são tribunais com competência para apreciar e decidir questões litigiosas nas áreas cível e criminal. Graças a estas instituições tem sido possível descongestionar o movimento processual dos tribunais e permitir que estes se concentrem em causas mais complexas, permitindo-lhes decidir mais rapidamente e melhor.

Dado o sucesso alcançado pelo trabalho realizado nos Julgados de Paz, entrou em vigor a 01 de setembro de 2013 uma alteração à Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz que amplia a competência destes para questões cujo valor não exceda €15.000.

As estatísticas da Direção-Geral de Política de Justiça revelam que em 2016 foram analisados, pelos Julgados de Paz de todo o País, 12.804 processos, dos quais 8.462 foram findos, correspondendo a uma taxa de sucesso de 66% (Fonte: Estatísticas adaptadas da DG PJ). O tempo médio de resolução de um conflito num Julgado de Paz é inferior a 3 meses. Todavia, há muitos processos que são resolvidos em trinta dias, desde a interposição até à decisão final.

A rede de Julgados de Paz, quer por concelho, quer por agrupamento de concelhos, abrange atualmente quase todo o País. Almada é um caso entre os concelhos com maior densidade populacional no País que não tem um Julgado de Paz. E tal como é de conhecimento público, muita gente não recorre à justiça por ser demasiado onerosa.

O recurso aos Julgados de Paz implica o pagamento de uma taxa de justiça que, na pior das hipóteses, terá o custo de 70 euros. Este valor permite aumentar o rendimento disponível das famílias, resolvendo questões de: a) condomínios; b) dívidas de menor valor; c) pedidos de indemnização cível em virtude da prática de crime, quando não haja sido apresentada queixa ou havendo lugar a desistência de queixa, emergentes de: c1) Ofensas corporais; c2) Difamação; c3) Injúria; c4) Furto simples; c5) Dano; c6) Alteração de marcos; e c7) Burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços, entre outras que ou entopem os tribunais judiciais, ou então não dão entrada pela conhecida onerosidade do sistema de justiça português.

Garantir um Julgado de Paz em Almada tem como propósito final manter um direito da sociedade civil, sendo igualmente uma forma de aproximar a justiça dos almadenses.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 27, 28 e 29 de abril de 2022, recomenda:

1. À Câmara Municipal de Almada que identifique e disponibilize uma infraestrutura adequada ao funcionamento de um Julgado de Paz com competência territorial no concelho;

2. Ao governo, através do Ministério da Justiça, que acelere a constituição do Julgado de Paz e defina os termos da cooperação com a Câmara Municipal de Almada.”

6.4.5 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), para apresentar uma Recomendação “Criação de uma rede municipal de bicicletas e expansão da rede ciclável”;



6.4.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O conceito de mobilidade sustentável está cada vez mais presente nas políticas e estratégias territoriais da União Europeia, pressupondo que os cidadãos possam dispor de condições e escolhas de acessibilidade e mobilidade que lhes proporcionem deslocações seguras, confortáveis, em pouco tempo e da forma mais acessível, sem esquecer, que esta mobilidade/circulação aconteça de forma eficiente e com o menor impacto ambiental possível.

Dos 223 quilómetros de rede ciclável, que foram prometidos em 2012, no lançamento do Plano Almada Ciclável, apenas 20 quilómetros foram concluídos, segundo consta num artigo do Almadense. Além disso, grande parte destas ciclovias encontra-se hoje em mau estado, praticamente invisível ou sendo usada para estacionamento automóvel indevido, sendo uma manta de retalhos e não um percurso efetivo que permita a deslocação por bicicleta de forma segura e eficiente.

A criação de uma rede municipal de bicicletas partilhadas e a respetiva melhoria do acesso às ciclovias em Almada tem de ser uma prioridade, num contexto de alterações climáticas, de falta de exercício físico, de necessidade de redução das emissões de CO2 e melhoria da qualidade do ar e da vida nas cidades, retirando veículos automóveis das mesmas.

Em comparação com outros meios periurbanos e urbanos como o metro ou autocarro, a bicicleta pode tornar-se a opção mais prática, sustentável, económica e rápida, sendo a maioria dos percursos em contexto urbano curtos que permite o uso de bicicleta de forma regular, se forem criadas as condições para tal.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2022, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

- Criação de uma rede integrada de eixos cicláveis, pensada numa perspetiva intermodal e inclusiva, por forma a permitir viajar de bicicleta por todo o concelho, garantindo a continuidade dos percursos.
- Realização de um estudo de avaliação das falhas nas ciclovias existentes, tendo em vista a devida correção e adaptação.
- Criação de um sistema de bicicletas partilhadas, com estações nos pontos principais do município, apoiado por um sistema com georreferenciação e pré-registo de utilizadores/as.
- Integração da rede de ciclovias na restante rede de meios de transporte, criando um plano intermodal, que integre transportes públicos, bicicletas, automóveis e estacionamentos.”

6.4.6 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Recomendação “Requalificação do estacionamento na rua do Forte e à Praceta da Quinta do Forte, Almada”;

6.4.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Recomendar que seja elaborada uma Vistoria à Rua do Forte e à Praceta da Quinta do Forte, a fim de se equacionar a regularização do estacionamento nos respetivos locais.

No passado dia 22 de abril de 2022, o Deputado Nuno Mendes, deslocou-se ao local, tendo constatado, com um conjunto de Moradores residentes, as condições de estacionamento no local.

Foi dito que a maior parte dos veículos automóveis que se encontravam no local são da pertença de não moradores, pelo que os residentes não têm, na maior parte das vezes, lugares de estacionamento, seja a que horas for.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Entende este Deputado Municipal que a Rua da Fonte não tem condições para os transeuntes poderem andar nos passeios, e que há um ineficaz estacionamento.

Constatou-se no local, que em virtude do deficiente e descuidado estacionamento, e ainda devido à existência de caixas de conduta elétrica, elevadas e incorporadas nos passeios, é completamente impossível um Cidadão/peão deslocar-se pelos passeios existentes, diga-se, em péssimo estado de conservação.

Constatou-se que uma Senhora residente na rua em apreço, empurrando um carrinho de bebé, vinda do Pingo Doce, por quatro vezes teve de sair do passeio para a estrada porque havia dois carros em cima do mesmo. Estes passeios contêm desníveis entre eles, o que impossibilita redundantemente deslocções no passeio em segurança.

No que concerne à Praceta da Quinta do Forte, esta estava repleta de veículos automóveis, sendo a maior parte deles da pertença de não residentes. Muitos veículos automóveis estavam muito mal-estacionados, pelo que, por vezes, verificava-se a ocupação indevida de “dois lugares” de estacionamento. Uns veículos automóveis estavam estacionados em paralelo, outros estacionados na transversal e outros ainda na diagonal, o que não é de todo aceitável.

Nesta Praceta há espaços de lazer dos residentes – com bancos e mesas – que se encontram degradados. O local está repleto de ervas, carecendo de limpeza e corte.

Tendo em conta o exposto, O Grupo Municipal do Partido CHEGA, recomenda que seja feita uma Vistoria pelos Órgãos com competência rodoviária a fim de verificarem o que aqui se expõe, tendo em conta o seguinte, que faz parte integrante da Recomendação:

1. Demarcação de lugares de estacionamento, tanto na Rua do Forte como na Praceta da Quinta do Forte;
2. Colocação de sinalética – de altura máxima -no pilar superior que dá acesso à Praceta Quinta do Forte;
3. Colocação de sinalização vertical, tanto na Rua do Forte como na Praceta da Quinta do Forte;
4. Colocação de sinalização com indicação de “estacionamento reservado para Residentes das 17h às 8h”;
5. Necessidade de atribuir aos moradores Residentes um “Cartão de Residente”, que lhes permita estacionar junto às suas habitações.
6. Nivelamento de passeios e sua manutenção, com a supressão dos “degraus” existentes entre passeios, a fim de possibilitar a deslocação de pessoas e carrinhos de bebé, assim como de pessoas com mobilidade reduzida;
7. Limpeza dos espaços reservados aos residentes na Praceta da Quinta do Forte.
8. Manutenção das mesas e bancos de jardim que estão em espaço público.
9. Atribuição de Cartão de Residente a todos os moradores que dele necessitem.”

6.4.7 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Recomendação “Intervenção na rua dos Três Vales: elaboração de Plano de Intervenção Rodoviária”;

6.4.7.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Recomendar que seja elaborado um Plano de Intervenção Rodoviária para a Rua dos Três Vales, sita no Monte da Caparica, pois esta precisa urgentemente de ser repavimentada e remarcada.

Esta Rua dos Três Vales:

1. É uma das ruas mais movimentadas da Freguesia;
2. apresenta um elevado nível de desgaste do asfalto, pelo que é necessário a urgente repavimentação;



3. precisa urgentemente de ser remarcada, em particular nas zonas de passadeiras pedonais;
4. Apresenta um risco considerável para quem usa os seus veículos automóveis, devido ao tráfego automóvel intenso;
5. Apresenta um risco substancial para os Cidadãos/peões que a utilizam, uma vez que está perto, e dá acesso, às escolas, à biblioteca, à piscina pública, assim como a todos os Bairros, densamente povoados.
6. Precisa de nova Sinalização rodoviária vertical, horizontal e no pavimento.

Termos em que o Grupo Municipal do Partido CHEGA, recomenda que seja elaborado, no mais curto espaço de tempo, um Plano de Intervenção Rodoviária para a Rua dos Três Vales, a fim de diminuir riscos consideráveis para os Municípios que utilizam a mesma.”

6.4.8 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Recomendação “Reabilitação profunda na Mata Nacional de Abas da Raposeira: Plano de Ordenamento e de Intervenção”;

6.4.8.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Recomendar aos Serviços competentes a elaboração de um Plano de Ordenamento e de Intervenção para a Mata Nacional de Abas da Raposeira, com vista à sua reabilitação profunda, na defesa intransigente do Ambiente, dos Ecossistemas ali existentes e das populações autóctones.

Esta Recomendação visa reabilitar e melhorar o anterior Plano de Pormenor de Abas da Raposeira, o qual foi aprovado pela Câmara Municipal de Almada.

Considerandos:

1. A Mata Nacional das Abas da Raposeira está qualificada e é reconhecida como tal pelos Organismos competentes tendo sido elaborado um Plano de Pormenor, designado por “Plano de Pormenor de Abas da Raposeira” surgindo na sequência da aprovação do Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Caparica, feito pela Câmara Municipal de Almada, em 21-09-2005;
2. A Mata Nacional das Abas da Raposeira está em profunda e progressiva degradação, o que tem provocado o abandono quanto à sua utilização por parte da população da Trafaria pelo que urge inverter esta situação através de uma proposta de ordenamento que salvaguardando os valores naturais proporcione uma utilização sustentável;
3. O Plano de Pormenor tinha como objetivos, entre outros:
 - “Salvaguarda dos valores naturais e paisagísticos (permitir o usufruto do espaço público da mata como parque urbano);
 - (...)
 - (...)
 - Redelimitação das áreas da REN
4. Cronologicamente, em 2016, o Plano encontrava-se em fase de estruturação e ponderação do modelo global de ocupação;

Da Atualidade da Mata Nacional das Abas da Raposeira

1. A Mata Nacional das Abas da Raposeira encontra-se praticamente num sistemático abandono, sem que haja uma conduta a bem do ambiente e da preservação do ecossistema ali existente e especialmente de todos os fregueses da Trafaria.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2. A Mata Nacional das Abas da Raposeira é frequentemente usada pelos Cidadãos como ponto de passeio dos seus animais, nomeadamente, cães, que ali dejetam, ficando as suas fezes nos caminhos pedonais, ladeados de matos descontrolado;

3. A Mata Nacional das Abas da Raposeira teve um Circuito de Manutenção que está altamente degradado, constituindo um perigo para quem possivelmente pensa que o pode utilizar, com equipamentos de ginástica abandonados, constituindo assim uma ameaça à integridade física dos Utentes; O Passeio pedonal existente, está altamente degradado, constituindo um perigo para os supramencionados Utentes;

4. A Mata Nacional das Abas da Raposeira tem uma Ciclovía altamente degradada, com buracos, com rachas profundas, o que poderá causar danos materiais e físicos aos Ciclistas que desconhecem o estado da mesma;

5. A Mata Nacional das Abas da Raposeira teve proteções que neste momento encontram-se altamente comprometidas, degradadas, não cumprindo assim a sua função: a proteção.

6. A Mata Nacional das Abas da Raposeira contava com um trilho interno e outro externo, os quais serviam inúmera população, tanto da Trafaria, como de outras freguesias do concelho de Almada;

7. A Mata Nacional das Abas da Raposeira conta com inúmeras árvores que precisam de ser intervencionadas, com podas, a fim de retirar ramadas secas e dar-lhes uma clareza necessária para o seu desenvolvimento; tem

inúmeros Pinheiros. A Lagarta do Pinheiro está sem controlo, pelo que se deveria introduzir a “Chapim Azul”, “*Cyanistes caeruleus*”, espécie da avifauna florestal nacional, responsável pelo controlo da minhoca do Pinheiro, uma vez que esta faz parte da sua alimentação; será uma mais-valia para todo o coberto vegetal da Trafaria.

8. Este espaço verde é dos poucos existentes, sob a tutela da Câmara Municipal de Almada, na freguesia de Caparica e Trafaria;

9. Este espaço é um pulmão no meio do aglomerado de habitações existentes nas suas zonas limítrofes; este espaço verde tem interesse público;

O Grupo Municipal do Partido CHEGA apresenta assim a sua melhor Proposta, o que faz à luz do Princípio da Cooperação e da Colaboração – que deve sempre existir entre todos os Membros da Assembleia Municipal – salvaguardando interesses e Direitos consagrados na Lei de Bases do Ambiente, seguindo as Diretivas Comunitárias em termos de Política Ambiental.

Da Recomendação de Intervenção e de Preservação Ambiental

Tendo em conta todos os Considerandos supramencionados, dever-se-á intervir no sentido de preservar o meio ambiente que se menciona, preservando o seu ecossistema, o habitat de todos os seres vivos que por ali abundam, introduzir neste habitat o Chapim Azul, tornando o espaço aprazível e igualmente acessível aos Bombeiros e aos Técnicos de limpezas de terrenos.

Para tanto, é necessário que o Município de Almada entenda da sua inteira responsabilidade a limpeza do terreno, na defesa do meio ambiente que existe e na defesa dos melhores interesses públicos e privados. Deverá o Município de Almada tomar toda e qualquer diligência que entenda por necessária para atingir o fim que se pretende, no mais curto espaço de tempo, evitando assim as épocas do ano mais propícias a incêndios, por existirem matérias e materiais no terreno, igualmente propícios à ignição que irão provocar o incêndio, em tudo catastrófico.

A Recomendação contempla assim a criação de um Plano de Ordenamento e de Intervenção, sob a forma simplificada, que preveja:

- a) Limpeza do solo e das copas das árvores de forma controlada;
- b) Preservação das espécies autóctones e abate de espécies invasoras;



- c) Reconstrução da Ciclovia, do Circuito de manutenção e dos equipamentos que a compõem;
- d) recriação da Mata Nacional, contemplando um Plano de controlo sistemático da mesma;
- e) Construção de acessos de pessoas e de veículos dos bombeiros;
- f) Criação de bocas-de-incêndio;
- g) Implantação e distribuição de Iluminação LED, sustentada por painéis solares por todo o espaço;
- h) Recuperação e expansão de passadiço existente;
- i) Introdução do Chapim Azul;
- j) Introdução de Sinalética vertical e horizontal;"

6.4.9 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Recomendação “Requalificação do estacionamento na rua Nicolau Tolentino, rua de Agostinho de Macedo, rua Francisco Bento e rua Quinta da Horta, em Almada”;

6.4.9.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Recomendar que seja elaborada uma Vistoria à Rua Nicolau Tolentino, Rua de Agostinho de Macedo, Rua Francisco Bento e Rua Quinta da Horta, a fim de se equacionar a regularização do estacionamento nos respetivos locais.

No passado dia 22 de abril de 2022, o Deputado Nuno Mendes, deslocou-se ao local, tendo constatado, com um conjunto de Moradores residentes, as condições de estacionamento no local.

Foi dito que a maior parte dos veículos automóveis que se encontravam no local são da pertença de não moradores, pelo que os residentes não têm, na maior parte das vezes, lugares de estacionamento, seja a que horas for.

Entende este Deputado Municipal que a Rua Nicolau Tolentino, Rua de Agostinho de Macedo, Rua Francisco Bento e Rua Quinta da Horta não têm condições para os transeuntes poderem andar nos passeios e que há um ineficaz estacionamento.

Constatou-se no local, que em virtude do deficiente e descuidado estacionamento, e ainda devido à existência de caixas de conduta elétrica, elevadas e incorporadas nos passeios, é completamente impossível um Cidadão/peão deslocar-se pelos passeios existentes, diga-se, alguns em péssimo estado de conservação.

Constatou-se que há vários residentes com fraca mobilidade, devido à sua já avançada idade. Foi dito pelos moradores residentes que em variadas ocasiões, na maior parte das vezes, tiveram os moradores de sair do passeio para a estrada porque havia veículos automóveis em cima do mesmo. Estes passeios contêm desníveis entre eles, o que impossibilita redundantemente deslocações no passeio em segurança.

No que concerne à Rua Nicolau Tolentino, Rua de Agostinho de Macedo, Rua Francisco Bento e Rua Quinta da Horta, estas estavam repletas de veículos automóveis, sendo a maior parte deles da pertença de não residentes, de Cidadãos que trabalham nas redondezas, nomeadamente, no SMAS. Alguns veículos automóveis estão ali abandonados, ocupando lugares tão necessários a estes residentes.

Muitos veículos automóveis estavam muito mal-estacionados, pelo que, por vezes, verificava-se a ocupação indevida de “dois lugares” de estacionamento. Uns veículos automóveis estavam estacionados em paralelo, outros estacionados na transversal e outros ainda na diagonal, o que não é de todo aceitável.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Nestas Ruas supramencionadas não há limpeza e corte de ervas daninhas, estando os passeios repletos de ervas, que acabam por levantar a calçada portuguesa que faz parte dos passeios.

Constata-se que uma das moradias, com traseira para a Rua Francisco Bento, liberta para os passeios, pela existência de dois furos no muro, urina e dejetos, provenientes de lavagem de canil ou de pátio onde se encontram animais domésticos.

Tendo em conta o exposto, O Grupo Municipal do Partido CHEGA, recomenda que seja feita uma Vistoria pelos Órgãos com competência rodoviária a fim de verificarem o que aqui se expõe, tendo em conta o seguinte, que faz parte integrante da Recomendação:

1. Demarcação de lugares de estacionamento, tanto na Rua Nicolau Tolentino, Rua de Agostinho de Macedo, Rua Francisco Bento e Rua Quinta da Horta;
2. Colocação de sinalização vertical, tanto na Rua Nicolau Tolentino, Rua de Agostinho de Macedo, Rua Francisco Bento e Rua Quinta da Horta;
3. Colocação de sinalização em todas estas Ruas com a indicação de “estacionamento reservado para Residentes das 17h às 8h”;
4. Necessidade de atribuir aos moradores Residentes um “Cartão de Residente”, que lhes permita estacionar junto às suas habitações.
5. Nivelamento de passeios e sua manutenção, com a supressão dos “degraus” existentes entre passeios, a fim de possibilitar a deslocação de pessoas e carrinhos de bebé, assim como de pessoas com mobilidade reduzida;
6. Limpeza dos espaços públicos de todas as supramencionadas Ruas;
7. Atribuição de Cartão de Residente a todos os moradores que dele necessitem.

6.4.10 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Recomendação “Abertura de vistoria para verificação do processo referente a edificação inacabada, em estrutura e degradação elevada, confinando com a rua Dr. Alberto de Araújo e rua António Assunção”;

6.4.10.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Recomendar a abertura de Vistoria para a verificação do processo referente a Edificação inacabada, em estrutura e degradação elevada, confinando esta com a Rua Dr. Alberto de Araújo e Rua António Assunção, ambas pertencentes à Sobreda.

Esta construção em estrutura está em avançado estado de degradação, localizando-se junto à Escola Secundária Daniel Sampaio, perto da Igreja, de habitações Residenciais, de Comércio e de Serviços.

Esta construção, está repleta de detritos, servindo de lugar de encontro de toxicodependentes, que ali deixam as suas seringas, dejetos e todo o tipo de materiais e de produtos que usam. Encontram-se no local pregos e ferros ferrugentos, os quais foram abandonados aquando a Obra em ativo.

Serve igualmente de local, segundo relatos dos fregueses que habitam nas imediações, para determinados toxicodependentes dormirem e praticarem atos de prostituição.

O terreno onde está implantada esta estrutura inacabada, serve de passagem de jovens estudantes que encurtam caminho para o seu destino, seja ele habitacional, de acesso a comércio e serviços, seja a casa de amigos.

As vedações e rede que circundam a estrutura em apreço, encontram-se, na sua maioria, no chão, podendo causar danos a pessoas, como já aconteceu em diversas ocasiões, segundo foi possível apurar.



Este problema já se arrasta há vários anos, pelo que O Grupo Municipal do Partido CHEGA Recomenda uma Vistoria ao local, um levantamento competente e uma intervenção urgente com vista ao isolamento deste lote de terreno, onde se encontra a referida estrutura, assim como deverá ser feito um Ofício ao proprietário a fim de este normalizar a situação.”

6.4.11 – A Senhora Deputada Municipal Paula Maria Galvão (PSD), para apresentar uma Moção “Pela Instalação de Julgados de Paz no Concelho de Almada”;

6.4.11.1 – A Senhora Deputada Municipal Paula Maria Galvão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os Julgados de Paz, previstos no artigo 209º, da Constituição da República Portuguesa, foram criados pela Lei n.º 78/2001, de 13 de julho, posteriormente alterada pela Lei n.º 54/2013, de 31 de julho.

A previsão constitucional da possibilidade de criação de Julgados de Paz para a resolução de conflitos de menor relevância, veio permitir um novo enquadramento dos mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos, num contexto em que os Tribunais Judiciais resolvem uma pequeníssima percentagem dos conflitos sociais.

Caraterizam-se por serem tribunais com funcionamento e organização próprios, com competência para apreciar e decidir ações declarativas cíveis, com exceção das que envolvam matérias de direito da família, direito das sucessões e direito do trabalho, de forma rápida e com custos reduzidos para os cidadãos, em que o valor da ação não ultrapasse os € 15.000,00.

Os tribunais judiciais têm enfrentado um contexto social de crise, decorrente, entre outros fatores, da dificuldade de corresponderem ao crescimento exponencial da procura de tutela judicial que lhes é dirigida.

A criação dos Julgados de Paz revelou-se um instrumento fundamental para a prossecução de uma política pública de justiça mais próxima dos cidadãos, mais acessível, mais rápida e mais eficaz, tendo como objetivos fundamentais o reforço da coesão e da pacificação social e do acesso ao direito e à justiça.

Decorridos que estão 20 anos sobre a instalação do primeiro Julgado de Paz em Portugal, em 2002, sendo que, atualmente, existem Julgados de Paz em 70 Municípios espalhados pelo país, muitos dos quais com um número de habitantes muito inferior ao do Município de Almada, e comprovadas que estão todas as vantagens e benefícios para os cidadãos, associados à criação e ao funcionamento dos Julgados de Paz, alguns dos quais já aqui elencados, não se compreende facilmente por que razão o nosso Município ainda não encetou junto do Ministério da Justiça diligências tendentes à instalação de um Julgado de Paz em Almada.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 27, 28 e 29 de abril de 2022, delibera que o Executivo encete as necessárias e adequadas diligências, junto do Ministério da Justiça, no sentido da instalação de um Julgado de Paz no concelho de Almada.”

6.4.12 – A Senhora Deputada Municipal Paula Maria Galvão (PSD), para apresentar uma Saudação ao “25 de Abril de 1974”.

6.4.12.1 – A Senhora Deputada Municipal Paula Maria Galvão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Comemorámos, na passada segunda-feira, a passagem de mais um ano sobre o 25 de Abril de 1974. Os anos passam, mas é fundamental que não esqueçamos a importância desta data que simboliza o caminho que, nessa madrugada, Portugal iniciou rumo à Liberdade.

Portugal é hoje um país melhor. A conquista da Liberdade permitiu aos portugueses escolherem o crescimento e a evolução para um país mais informado, mais ativo, mais letrado, mais preparado.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mas compete-nos a todos continuarmos, todos os dias, a construir um país ainda melhor pois é essa a melhor homenagem que podemos fazer aos homens e mulheres que lutaram, durante décadas, para que pudesse ter havido um 25 de Abril.

Um país ainda melhor é aquele em que, para além de haver Democracia, há confiança na própria democracia e nas instituições do Estado.

Um país ainda melhor é aquele em que a liberdade de cada um é usada para intervir e para participar, para melhorar e fazer melhorar a sua vida e a dos outros.

Um país ainda melhor é aquele em que há igualdade de oportunidades, acesso ao elevador social e uma Justiça que se preocupa e defende a dignidade humana.

Numa aldeia global como aquela em que vivemos é importante não esquecer todos aqueles que, por esse mundo fora, também desejariam para si um país melhor, mas que, lamentavelmente, veem ainda as suas vidas bloqueadas ou interrompidas pela ausência de liberdade, pela inexistência de uma verdadeira democracia ou pela guerra.

Os militares do Movimento das Forças Armadas conseguiram, num dia, a conquista de vários objetivos que levaram a que o golpe que protagonizaram tivesse sucesso. Os portugueses devem também, no seu dia a dia, lutar sempre pelos seus objetivos e pelo seu sucesso pois é essa a melhor forma de viver em Liberdade.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2022, delibera saudar:

- Os militares que levaram a cabo o golpe de 25 de Abril de 1974
- O povo português que continua a cumprir os desígnios da liberdade e da democracia, não permitindo que Portugal volte para trás

Todos os povos que lutam também eles para, um dia, poderem viver em liberdade e democracia.”

6.4.13 – A Senhora Deputada Municipal Paula Maria Galvão (PSD), para apresentar um Voto de Saudação “Dia Nacional do Antigo Combatente”;

6.4.13.1 – A Senhora Deputada Municipal Paula Maria Galvão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Desde os alvares da Nacionalidade, que os militares se tornaram essenciais e imprescindíveis à Nação e ao Estado Português, pois sem o esforço dos mesmos, não existiríamos enquanto Nação Independente.

O reconhecimento e a solidariedade para com os antigos combatentes pelo serviço prestado à Pátria nas campanhas militares entre 1961-1975, são um dever do Estado Português e de todos os Portugueses, que é da mais elementar justiça, perante os militares que combateram com coragem, lealdade, abnegação e sacrifício, em vários teatros operacionais.

É, igualmente justo, homenagear as famílias e as pessoas mais próximas destes combatentes, que, por força da guerra, viram a sua perspetiva de vida alterada e, muitas vezes, profundamente desestruturada.

Já num período mais recente, nas últimas décadas, muitos milhares de militares portugueses têm integrado as forças nacionais destacadas nas missões da Organização das Nações Unidas (ONU), da Aliança Atlântica (OTAN) e da União Europeia, assegurando o cumprimento das obrigações internacionais de Portugal no âmbito de missões de caráter militar com objetivos humanitários, ou de estabelecimento e manutenção da paz, algumas das quais com elevados níveis de perigosidade, designadamente, em países ou territórios em situação de guerra, conflito armado interno ou insegurança generalizada.

É, também assim, de inteira justiça que o contributo destes militares seja reconhecido pelo povo português.



Com a aprovação do Estatuto do Antigo Combatente, foi instituído como Dia Nacional do Antigo Combatente, o dia 9 de abril, data em que se comemoram os feitos históricos dos Antigos Combatentes na Batalha de La Lys, em França.

Face ao exposto, os eleitos do Partido Social Democrata – PPD/PSD, propõem que a Assembleia Municipal De Almada, reunida em sessão ordinária em 27 de abril de 2022, delibere:

- a) Saudar o Dia Nacional do Antigo Combatente e todos os homens e mulheres que serviram nos vários teatros de operações sob a égide das Forças Armadas Portuguesas.
- b) Remeter o presente voto de saudação à Liga dos Combatentes e ao Núcleo de Almada da Liga dos Combatentes, à Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra (APVG), à Associação de Apoio aos Ex-combatentes, à Vítimas do Stress de Guerra (APOIAR), à Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar (ANCU), à Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), à Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA), à Associação Nacional dos Militares na reserva e Reforma (ASMIR), à Associação Nacional de Sargentos (ANS), à Associação de Praças, à Associação de Paraquedistas do Seixal e Almada, à Associação de Comandos – Delegação de Almada e Seixal, ao Clube Militar Naval, ao Clube de Praças da Armada, ao Clube Náutico dos Oficiais e Cadetes da Armada, ao Clube do Sargento da Armada, ao Instituto de Ação Social das Forças Armadas - Centro de Apoio Social do Alfeite e à O Alcache - Associação dos Ex- Marinheiros da Armada do Distrito de Setúbal.”

6.4.14 – A Senhora Deputada Municipal Paula Maria Galvão (PSD), para apresentar uma Saudação ao “Dia do Trabalhador”;

6.4.14.1 – A Senhora Deputada Municipal Paula Maria Galvão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Comemora-se, a 1 de maio, o Dia Internacional do Trabalhador.

A data teve origem a 1 de maio de 1886 quando, nos Estados Unidos da América, teve início uma greve geral que se estendeu por todo o país, tendo os acontecimentos mais significativos tido lugar na cidade de Chicago onde confrontos entre manifestantes e a polícia levaram mesmo à perda de algumas vidas.

Mas esta é uma data que também assinala conquistas e, de lá para cá, vários direitos dos trabalhadores foram reconhecidos e várias melhorias aconteceram nas condições de trabalho.

Em Portugal, só em 1974, depois do golpe militar de 25 de Abril, foi possível assinalar e comemorar livremente o Primeiro de Maio.

Como todas as datas simbólicas, também os desígnios do Dia do Trabalhador, a luta pelos seus direitos e pela melhoria de condições, são um combate de todos os dias e uma missão que nunca está acabada, tendo em conta a evolução no mundo do trabalho, as novas realidades e as diferentes circunstâncias.

Uma sociedade só será verdadeiramente civilizada e evoluída se os seus trabalhadores forem respeitados, se o trabalho de cada um for valorizado e se a vida profissional for devidamente compatibilizada com a vida pessoal e familiar, permitindo a realização individual e social de cada um.

Compete, naturalmente, ao poder político, um papel importante nesta construção, garantindo a consagração dos direitos dos trabalhadores, mas também a criação de condições favoráveis para a existência de uma economia forte e pujante, com uma política fiscal justa e equilibrada.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2022, delibera saudar:

- O Dia Internacional do Trabalhador como símbolo de todos aqueles que lutaram por melhores condições de trabalho e homenagem a todos os que sacrificaram a sua condição pessoal e até a vida por essa luta
- Os trabalhadores portugueses que contribuem, todos os dias, com o seu trabalho para um Portugal melhor.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.4.15 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU), para apresentar uma Moção “Em Defesa da Paz”;

6.4.15.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É preciso pôr fim a uma guerra que não devia ter começado. Urge inverter a escalada de confronto belicista e económico em curso e defender a paz. É necessário assegurar as condições para um cessar-fogo e uma solução negociada, travar o aumento da exploração e o agravamento das condições vida dos trabalhadores e dos povos a que a guerra conduz.

Ninguém pode ser indiferente ao sofrimento e destruição associados à guerra, seja ela qual for. A perda de vidas humanas é sempre a face mais visível da guerra, e a mais forte razão para que todas as guerras sejam evitadas.

Evitar as guerras é a garantia do respeito pela vida e pela integridade de todos os seres humanos. É aí que se devem concentrar os esforços de todos os que defendem a Paz.

Qualquer ato criminoso, incluindo os cometidos em cenário de guerra, não são nunca justificáveis e merecem a mais viva condenação e empenhada identificação dos responsáveis, onde quer que ocorram.

É dever de todos os amantes da Paz a proteção das vítimas provocadas pelos conflitos e a rejeição liminar da sua instrumentalização com o propósito de promover a adesão da opinião pública a estratégias de escalada da guerra.

A escalada da guerra e o que dela resulta no agravamento da exploração dos trabalhadores, na degradação das condições de vida dos povos e como ameaça brutal para o Ambiente e para a Vida representa um grave perigo para o mundo. É urgente encontrar soluções que garantam a Paz.

Neste quadro, assume significado particular a iniciativa recentemente anunciada pelo Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, de iniciar, ainda que tardiamente, um processo de contactos diplomáticos ao mais alto nível, num esforço de encetar um percurso de diálogo capaz de conduzir ao cessar-fogo e à construção de uma solução de Paz que se deseja duradoura na região e no mundo.

Assim, a Assembleia Municipal delibera:

- 1. Condenar o caminho de ingerência, violência e confrontação, o golpe de Estado de 2014 promovido pelos EUA na Ucrânia, que instaurou um poder xenófobo e belicista, a recente intervenção militar da Rússia na Ucrânia e a intensificação da escalada belicista dos EUA, da NATO e da União Europeia.**
- 2. Apelar a que sejam adotadas iniciativas concretas que contribuam para alcançar um cessar-fogo imediato, suportado num processo de diálogo que estabeleça uma solução negociada para o conflito, constituindo simultaneamente uma resposta consistente e credível aos problemas de segurança coletiva e do desarmamento na Europa, ao cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Ata Final da Conferência de Helsínquia, no interesse da paz e cooperação entre os povos.**
- 3. Sublinhar a importância da iniciativa de diálogo desencadeada pelo Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas no sentido de serem criadas condições para ser adotado com urgência aquele caminho de diálogo e negociação, em defesa da Paz e contra a escalada militar e a guerra.**
- 4. Reclamar que, sob responsabilidade de entidades independentes e sob a égide da Organização das Nações Unidas, seja concretizada uma real e objetiva verificação dos factos suscetíveis de ser considerados crimes de guerra contribuindo para pôr fim à escalada da guerra.”**



6.4.16 – O Senhor Deputado Municipal António Paulo Júnior (CDU), para apresentar uma Moção/Saudação “1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador”;

6.4.16.1 – O Senhor Deputado Municipal António Paulo Júnior (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Celebrámos há dois dias o 48º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, a mais importante realização histórica do povo português da segunda metade do século XX, um ato de emancipação social e nacional.

A defesa dos valores de Abril exige a todos os cidadãos, e aos trabalhadores em particular, uma decidida ação e intervenção para que a liberdade e os direitos conquistados não possam ser postos em causa.

Num momento particularmente difícil por que passam os trabalhadores portugueses, e os trabalhadores de todo o mundo em geral, saudamos vivamente a celebração do 48º aniversário do primeiro 1º de Maio vivido em liberdade pelos trabalhadores portugueses, que ocorrerá dentro de alguns dias em todo o País.

O 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, deve ser um momento de afirmação da convergência e unidade dos trabalhadores e do povo português em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

O 1º de Maio deve ser também um momento de resistência e luta contra todos quantos anseiam destruir Abril e as suas conquistas, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.

Nos últimos seis anos foi possível repor muitos dos direitos laborais e sociais dos trabalhadores, antes retirados pela governação da maioria PSD/CDS, inteiramente submetida aos ditames da troica.

Hoje, num quadro político distinto, reafirmamos que é necessário não apenas prosseguir o caminho encetado nesses seis anos, mas consolidá-lo e aprofundá-lo.

Neste quadro, permanece indispensável a unidade dos trabalhadores em torno da luta pela alteração da legislação laboral ainda em vigor em aspetos que lhes são prejudiciais, designadamente no que se refere à reposição do princípio do tratamento mais favorável dos trabalhadores, à diminuição da duração do período experimental, à defesa da contratação coletiva, dos direitos sociais, e dos direitos sindicais dos trabalhadores e seus representantes nos locais de trabalho.

Unidade dos trabalhadores igualmente necessária na luta pelo aumento dos salários e pela aplicação generalizada do horário de trabalho das 35 horas semanais, não apenas em toda a administração pública, mas igualmente no setor privado.

Celebrar os valores da Revolução de 25 de Abril de 1974 através da luta dos trabalhadores na celebração do 1º de Maio, significa também reafirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, e que materialize as soluções necessárias aos problemas do povo e do País.

Num momento em que se instala um clima de crise política, económica e social, em Portugal como em muitos outros países o mundo, consequência da pandemia e da guerra desencadeada no leste da Europa, é necessário reafirmar que o caminho para a superação das crescentes dificuldades daí resultantes, não pode ser o caminho da acentuação da exploração, do agravamento da precariedade laboral, da redução do poder de compra dos trabalhadores e de cada vez mais amplas camadas da população, e da especulação, que potencia a concentração de fortunas colossais em muito poucas mãos e muito poucas famílias, em desfavor de milhões e milhões de trabalhadores.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A resposta que é necessário encontrar, e que é possível encontrar, é uma resposta que passa por travar e inverter a degradação dos salários e pensões dos trabalhadores, valorizando e aumentando os salários mínimo e médio, tanto no setor público como no setor privado, e contendo a especulação desenfreada e oportunista dos grandes centros financeiros portugueses e internacionais, que procuram aproveitar a crise para concentrar ainda mais capital nas suas mãos, em prejuízo dos interesses de toda a sociedade.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 27, 28 e 29 de abril de 2022, delibera:

1. Saudar as comemorações do 1º de Maio e todos os trabalhadores, sublinhando a exigência de uma legislação laboral de progresso e a favor dos trabalhadores, que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português.
2. Apelar à mais ampla participação nas comemorações do 1º de Maio, contributo fundamental na defesa das conquistas e direitos, reforçando a exigência de novos avanços nos direitos dos trabalhadores.”

6.4.17 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU), para apresentar uma Saudação “Adriano Correia de Oliveira – Comemoração do 80º Aniversário do seu nascimento”;

6.4.17.1 – O Senhor deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Adriano Correia de Oliveira nasceu no Porto, a 9 de Abril de 1942, e morreu em Avintes, a 16 de outubro de 1982, celebrando-se no corrente ano de 2022 o 80º Aniversário do seu nascimento.

A efeméride tem justificado a realização de um amplo conjunto de iniciativas de celebração do aniversário, organizadas a nível nacional por uma Comissão Executiva constituída para esse efeito, nomeada pelo Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira, nelas se incluindo concertos musicais, edição de livros, debates e exposições itinerantes a decorrer em todo o país.

Após concluir os estudos secundários no antigo Liceu Alexandre Herculano, Adriano matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1959, onde manteve uma intensíssima participação no meio cultural e desportivo ligado à academia.

Adriano, foi um músico português intérprete da canção de Coimbra e cantor de intervenção. Ficaram célebres muitas das suas canções, com poemas de poetas contemporâneos como Manuel da Fonseca, António Gedeão e Manuel Alegre, como “A Trova do vento que passa”, espécie de hino da resistência dos estudantes à ditadura de Salazar. Desde 1967 foram editados diversos álbuns do autor, destacando-se “Adriano Correia de Oliveira”, “O Canto e as Armas”, “Cantaremos”, “Que nunca mais” e “Cantigas Portuguesas”. Adriano Correia de Oliveira recebeu ainda várias condecorações, designadamente Comendador da Ordem da Liberdade e Grande – Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Adriano Correia de Oliveira não foi apenas um cantor. Na sua qualidade de cantor, mas também de cidadão, foi um Homem profundamente empenhado na luta em defesa da Liberdade e da Democracia, permanente ancorado nos valores da Revolução do 25 de Abril de 1974, destacando-se a sua participação, com a sua criatividade, arte e voz inconfundível, em inúmeros momentos de afirmação coletiva desses valores, que sempre transportou consigo e para os palcos da vida onde atuou.

O nome de Adriano Correia de Oliveira está, também, intimamente ligado a Almada desde 2007, ano em que a Câmara Municipal decidiu criar o Festival Cantar Abril, atribuindo o nome do canta-autor a um dos prémios atribuídos nesse Festival, o prémio referente às canções concorrentes que recriam canções da resistência antifascista.

Assim a Assembleia Municipal saúda as comemorações do 80º aniversário do nascimento de Adriano Correia de Oliveira, e recomenda à Câmara Municipal que se associe às iniciativas de celebração que decorrem em todo o



país, trazendo de novo a Almada a memória de uma das mais destacadas figuras da canção da resistência portuguesa.”

6.4.18 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Pires da Silva (CDU), para apresentar uma Moção “Apoio aos Bombeiros no consumo de combustíveis”;

6.4.18.1 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Pires Silva (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os Corpos de Bombeiros, mantidos por Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV), prestam anualmente mais de um milhão e meio de serviços à comunidade em todo o território nacional.

Prevenção, vigilância e combate a incêndios, emergência pré-hospitalar, socorro e acidentes rodoviários, ferroviários e aéreos, transporte de doentes, abastecimento de água, e muitas outras missões de socorro e apoio às populações, fazem dos Corpos de Bombeiros o principal pilar do Sistema de Proteção e Socorro em Portugal em geral, e no Concelho de Almada em particular.

As AHBV, consequência do enquadramento legal do financiamento e das sucessivas suborçamentações nos Orçamentos de Estado, e das condições em que prestam os serviços no âmbito da emergência pré-hospitalar e transporte de doentes ao Ministério da Saúde, há muito que vivem grandes dificuldades económicas, que nos últimos anos foram substancialmente agravadas com o aumento das despesas e a diminuição de receitas, em particular pelos efeitos da pandemia de Covid-19.

Em consequência das sanções recentemente impostas à Rússia, os sucessivos e brutais aumentos dos preços dos combustíveis estão já a pôr em causa o socorro e a emergência que muitas Associações asseguram às populações.

O Governo anunciou recentemente um apoio de 1.500 euros a cada Associação, a título de adiantamento da compensação transitória dos encargos com combustíveis. Mas esta é uma medida que fica muito aquém daquilo que necessitam os bombeiros e as populações por eles servidas.

Entre as medidas que se impõe implementar num justo regime de financiamento das Associações, inscreve-se, desde há muitos anos, a criação de um modelo de bonificação permanente ao consumo de combustíveis utilizados no exercício da missão dos corpos de bombeiros, através do vulgarmente designado gasóleo verde.

Assim, a Assembleia Municipal, delibera:

1. Expressar a sua solidariedade às três Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Almada, à Federação dos Bombeiros do Distrito de Setúbal e à Liga dos Bombeiros Portugueses.
2. Apelar ao Governo e aos grupos parlamentares que legislem urgentemente no sentido de que as Associações de Bombeiros possam, finalmente, aceder ao designado gasóleo verde.
3. Recomendar ao Ministério da Saúde que assegure a cobertura dos custos efetivos dos serviços protocolados e prestados pelos Corpos de Bombeiros no âmbito da emergência pré-hospitalar e transporte de doentes.”

6.4.19 – A Senhora Deputada Municipal Andreia Sofia Egas (CDU), para apresentar uma Moção “O custo de vida aumenta, o Povo não aguenta”;

6.4.19.1 – A Senhora Deputada Municipal Andreia Sofia Egas (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Travar a escalada dos preços e o brutal aumento do custo de vida a que vimos assistindo em Portugal, assume, no contexto atual da vida do nosso País, um caráter de urgência que ninguém pode negar.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Nos últimos meses, à boleia da situação de guerra vivida no leste da Europa, todos os dias somos confrontados com novos aumentos do custo de bens essenciais, desde os combustíveis à alimentação, passando pelos transportes, medicamentos, rendas e outros bens essenciais.

Ao brutal aumento dos preços que todos somos obrigados a suportar, corresponde um não menos brutal aumento dos lucros das grandes empresas. Ao empobrecimento acelerado dos salários pagos aos trabalhadores, corresponde uma acelerada concentração de proventos e dividendos nas mãos de acionistas dessas grandes empresas, e de muitos especuladores.

Se não for travado, o aumento totalmente desregulado do custo de bens essenciais terá um efeito devastador e desastroso sobre a qualidade de vida de milhões de trabalhadores e assalariados em todas as dimensões da sua vida, e determinará, de forma evidente e decisiva, o agravamento do fosso entre os altos rendimentos resultantes da especulação, e os cada vez mais baixos rendimentos obtidos pelo trabalho.

A exigência de adoção de medidas nacionais e eficazes que permitam estancar e reverter o aumento exponencial de preços, é uma exigência partilhada de forma cada vez mais ampla pelos trabalhadores, mas também por outras camadas da população portuguesa.

O Estado, e em particular o Governo, dispõem de mecanismos e ferramentas adequadas à moderação da especulação que determina o aumento constante dos custos dos bens essenciais. A recente aprovação pela Assembleia da República de algumas medidas fiscais neste domínio, é infelizmente e manifestamente insuficiente para combater de forma eficaz o crescimento especulativo dos preços.

A resposta aos problemas com que os portugueses se confrontam exige soluções mais amplas e ambiciosas, tanto ao nível do alívio fiscal como da regulação dos preços.

A criação de um novo preço de referência, baseado nos custos reais de compra e refinação do barril de petróleo, a possibilidade de fixação de margens máximas, definindo uma margem não-especulativa, a contribuição extraordinária sobre os lucros das petrolíferas que resultam da apropriação de margens especulativas, são medidas que se impõem no âmbito do controlo do aumento de custos dos combustíveis.

Mas também, em termos fiscais, o fim do chamado "adicional ao ISP", o fim da dupla tributação dos combustíveis, acabando com a situação em que sobre o próprio ISP incide o IVA, a redução da incorporação obrigatória de biocombustíveis para os 5%, em vez dos atuais 11%, que terá impacto direto na redução do preço pago pelos consumidores.

Na energia, a reposição do IVA a 6% para a energia elétrica, gás natural, gás butano ou propano engarrafado e canalizado, assim como a extensão das tarifas reguladas, permitindo a celebração de novos contratos iniciais neste regime.

Na área agroalimentar importa fazer face ao aumento dos preços e, simultaneamente, assegurar a soberania alimentar de Portugal. É necessário e urgente aumentar a capacidade produtiva por forma a assegurar o fornecimento dos bens alimentares, reduzindo a dependência externa, evitar a escassez de alimentos e travar o aumento especulativo de preços.

A resposta imediata ao aumento do custo de vida reclama medidas de controlo e fixação de preços e o aumento de salários e pensões.

Travar o brutal aumento do custo de vida significa garantir condições de vida dignas para milhões de portugueses e portuguesas, e constitui um dever de todas as instâncias do poder democrático e constitucional em Portugal.

Assim, a Assembleia Municipal delibera:

1. Rejeitar a especulação generalizada que se instalou à boleia da pandemia e da guerra, e os seus efeitos traduzidos num brutal aumento de preços dos bens essenciais de que todos necessitamos para garantir uma vida digna e com qualidade.



2. Instar o Governo e a Assembleia da República a adotar medidas que determinem a fixação e regulação de preços máximos de comercialização de bens essenciais, designadamente de combustíveis, da energia e de bens alimentares.
3. Instar o Governo e a Assembleia da República a que, dando o exemplo através da política fiscal da sua responsabilidade, determine a redução das taxas do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) sobre o gás, de 13% para 6%, e sobre a eletricidade, de 23% para 6%.
4. Instar o Governo e a Assembleia da República a rever a política nacional de rendimentos oriundos do trabalho, designadamente através de um aumento substancial e sustentado dos salários mínimo e médio, como forma de garantir o aumento do rendimento disponível da generalidade das famílias trabalhadoras do nosso país."

6.4.20 – A Senhora Deputada Municipal Marta Cortez Santos (PS), para apresentar uma Moção "Saudação a todos os trabalhadores, por ocasião do 1º de Maio";

6.4.20.1 – A Senhora Deputada Municipal Marta Cortez Santos (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O dia 1 de maio foi escolhido como o Dia do Trabalhador pelo Congresso Operário Internacional em 1889, em homenagem à luta de 500 mil trabalhadores que, em 1886, nesse mesmo dia, saíram à rua em Chicago, nos Estados Unidos, numa manifestação pacífica, exigindo a regulamentação dos horários de trabalho e a redução da jornada laboral para oito horas.

Este dia é de extrema importância, assinalando o início da consciencialização mundial para a humanização do trabalhador e a importância dos seus direitos, celebrando os trabalhadores de todo o mundo, saudando em especial aqueles que lutaram pelos direitos da classe operária quando estes não existiam.

No entanto, o significado que podemos extrair deste dia vai mais além. O dia 1 de maio é, sem dúvida, uma afirmação de valores e de luta pelo progresso económico e social.

Face à conjuntura atual do mundo, que acaba de enfrentar uma pandemia e agora se defronta com uma guerra, é mais importante que nunca, manter viva a luta pela redução das desigualdades, pela qualidade de vida dos trabalhadores e dos reformados e pelo trabalho digno.

Neste sentido, destacamos todos os esforços que foram feitos pelo Governo para manter os empregos durante a pandemia, que, em janeiro de 2022, se traduziram na taxa de desemprego mais baixa dos últimos 20 anos.

Concomitantemente, olhando para os esforços futuros, salientamos a Agenda do Trabalho Digno e de Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho presente no Orçamento de Estado 2022, que visa promover um emprego sustentável com mais direitos e combater a desregulação e a precariedade, em particular entre os mais jovens.

Ainda que o diálogo social tenha avançado no sentido da defesa dos direitos dos trabalhadores, não só sabemos que continuam a existir situações altamente violadoras dos direitos humanos básicos do trabalhador em todo o mundo, como também reconhecemos que nada é imutável e que isso se traduz na necessidade de manter estes tópicos presentes na discussão, para que estes valores não sejam esquecidos nem postos em segundo plano.

Celebrar o trabalho e o seu valor, bem como os direitos e os valores da liberdade, justiça, igualdade e solidariedade devem ser propósitos permanentes.

Estes são meros exemplos de um trabalho que tem de ser continuado e aprofundado sempre com a valorização do trabalho presente.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 27 de abril de 2022, delibera:

1- Saudar os trabalhadores portugueses e o movimento sindical, em especial, os trabalhadores do concelho de Almada, os trabalhadores municipais e de freguesia e todas as entidades que, com base nos princípios da igualdade, da fraternidade, da solidariedade e da justiça social, têm lutado pelos direitos políticos, económicos e sociais e contribuído para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores portugueses;

2- Saudar os trabalhadores que por esse mundo fora, com coragem, persistência e determinação, continuam a lutar pela liberdade, pela paz e pelos seus direitos políticos, sociais e sindicais.”

6.4.21 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Voto de Condenação à Invasão da Ucrânia”;

6.4.21.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Fez no passado dia 24 de abril, dois meses que as tropas russas sob a ordem de Vladimir Putin, encetaram uma ofensiva militar totalmente ilegal e de contornos bárbaros, ao Estado e país independente, Ucrânia.

Toda esta escalada de violência gratuita, sem nexos, totalmente arbitraria e ao arrefio do Conselho das Nações Unidas, tornam esta guerra perpetrada covardemente pela Rússia, na mais sangrenta guerra depois da 2ª Guerra Mundial, lançando a Europa num caos de medo e de incertezas no futuro.

Depois de uma pandemia que assolou de forma devastadora todo o mundo, e ainda não ultrapassada, eis que, sem que nada o previsse, um país soberano, é atacado de forma selvagem e destruidora deixando milhares de vítimas mortais e com lesões irreversíveis, entre elas mulheres, crianças e idosos indefesos, que só pode envergonhar a humanidade.

A crueldade e a força bruta com que os mísseis e os tanques russos devastam toda a Ucrânia, revela bem as más intenções de Moscovo, não só de amedrontar e intimidar todo um povo soberano para a sua rendição, como também, e no limite de não conseguir levar avante os seus objetivos, praticar a olhos vistos o seu genocídio.

Este comportamento inarrável e inequivocamente condenável, tem ainda contornos sistemáticos de intimidações sem pudor a todo o mundo com ameaças gratuitas do uso de armas nucleares caso alguém se coloque à frente dos seus objetivos.

A destruição e a chacina de cidades inteiras como Mariupol, Chernigov, Andriivka, de Irpin, Kramatorsk, de Mykolaiv, a capital Kiev, entre outras, com destaque para Bucha onde milhares de cidadãos ucranianos foram dizimados e chacinados às mãos do mandante Vladimir Putin, num tremendo e inqualificável ato de terrorismo sobre uma população indefesa, assassinando grávidas, crianças, bebés, jovens, mulheres, idosos, e, fazendo fé nos factos relatados, nem os animais escaparam à fúria dos soldados russos que nas suas intervenções militares não deixam escapar igrejas e outros locais de culto, cemitérios, escolas, orfanatos, hospitais, e demais centros de abrigo, de apoio e de acolhimento à inocente população civil, numa verdadeira desumanidade impensável aos olhos de um mundo moderno e civilizado. As valas comuns encontradas em várias cidades demonstram bem a brutalidade e os requintes de tortura que os civis ucranianos encontraram e sofreram nas mãos dos militares russos. Ainda no que diz respeito a Mariupol, o seu cerco interminável, limita o acesso a bens essenciais, entre eles medicamentos e alimentos, fazendo recordar o malfadado e de triste memória holodomor onde milhares de ucranianos morreram de fome às mãos do regime de terror da União Soviética. Não satisfeitos com a barbárie, milhares de ucranianos são deportados e forçados contra a sua vontade para a Rússia, lembrando também os campos soviéticos siberianos do horror da fome, da tortura, dos trabalhos forçados, das violações e dos assassinatos a todos aqueles que faziam frente ao regime comunista.

A tudo isto, juntam-se os milhões de refugiados que fogem da guerra sangrenta e indiscriminada deixando para trás os seus pertences, os seus lares, os seus empregos, os seus entes queridos, separando famílias inteiras e agudizando numa angústia de toda uma incerteza para o resto das suas vidas.



Esta guerra iniciada por Vladimir Putin, não afeta só a Ucrânia, mas sim, toda a Europa (onde Portugal não é exceção), e mesmo o resto do mundo, colocando também aí um conjunto vasto de incertezas e uma corrida ao investimento no armamento, quando essa corrida deveria estar a ser canalizada para os cereais, para a saúde, para a educação, para a tecnologia, para a indústria verde, a proteção da Natureza, e outros desafios que o Século XXI deve cumprir.

A mesma, além de lançar desconfiança nas instituições, afeta também toda uma economia mundial moderna já de si frágil e instável, mas, sobretudo, afeta financeiramente a economia das famílias, onde os preços da energia, dos combustíveis e dos bens essenciais disparam de forma descontrolada empobrecendo e sufocando ainda mais aqueles que já viviam com dificuldades.

Os portugueses e os almadenses não são exceção. Toda esta guerra afeta também de forma indireta e mesmo direta, as suas vidas e deixa também o desafio ao povo português e ao povo almadense, assim como às instituições públicas privadas do concelho, para a entreajuda e solidariedade com aqueles que fogem da guerra do ditador, de forma a que se possa acolher com humanidade e fraternidade os refugiados ucranianos.

Aos ucranianos, devemos juntar todos os russos que consciente e livremente, condenam esta guerra e têm a percepção do seu nefasto alcance e que também sofrem, nomeadamente os milhares de russos a quem foi retirada a vida por causa dos intentos cegos do agressor que não se inibe de enviar jovens concidadãos para a morte.

Posto isto, e perante os factos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 27, 28 e 29 de abril, na localidade do Monte da Caparica, delibera:

- 1 - Condenar veemente a invasão da Ucrânia pela Rússia, invasão essa, totalmente ilegal, ao qual tem causado a destruição do país e resultado em milhares de vítimas mortais entre ucranianos militares e população indefesa, e militares russos, em consequência da fúria do ditador Vladimir Putin
- 2 - Saudar a resistência de todos os ucranianos, nomeadamente, as suas forças armadas, contra a ofensiva russa em defesa do seu país
- 3 - Saudar a intervenção do Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, no Parlamento português, reconhecendo a sua luta na libertação da Ucrânia da invasão russa
- 4 - Repudiar todos aqueles que se negam a condenar de forma clarividente quer a guerra quer a invasão ilegal da Rússia à Ucrânia
- 5 - Encetar todos os esforços para que os refugiados ucranianos que fogem da guerra e também os cidadãos russos que fogem da perseguição no seu país, sejam bem acolhidos no concelho de Almada e com as devidas garantias de proteção e meios urgentes de subsistência
- 6 - Defender, à luz daqueles que são os valores de Almada na defesa dos direitos humanos e da autodeterminação dos povos, da Liberdade e da Democracia, o início imediato e total do cessar fogo, e em sua consequência, a retirada das tropas russas da Ucrânia, estabelecendo as urgentes e devidas conversações com vista ao regresso e à manutenção da paz entre os dois povos e na Europa.

6.4.22 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Criação do Museu das Coletividades e do Associativismo de Almada;

6.4.22.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há largas décadas que o movimento associativo se confunde com a história e com a vida da cidade e do concelho de Almada, fomentado por centenas de coletividades que ao longo de uma vida foram dinamizando ruas, bairros, localidades e freguesias em prol do são espírito bairrista, mas muito marcado com um sentimento de pertença às suas terras e às suas gentes.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A forte implementação e dinâmica do movimento associativo representado nas muitas coletividades espalhadas por todo o concelho, fazem de Almada um dos municípios do país mais reconhecido pela força e expressão pública que as coletividades tiveram e ainda têm no movimento associativo nacional.

Almada tem entre as suas coletividades, a segunda mais antiga coletividade do país em atividade, a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense (vai apagar este ano 173 velas), contando ainda com mais três coletividades centenárias, a saber, a Sociedade Recreativa Musical Trafariense, a Sociedade Filarmónica União Artística Piedense e a Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, todas elas fundadas no início do século passado, atravessando regimes políticos, presidentes da república, revoluções, convulsões sociais ao mesmo tempo que viam nascer e crescer toda uma sociedade humana, a qual muito se deve ao movimento associativo e às diversas coletividades que foram proliferando e mantendo a sua atividade ao longo de décadas no concelho.

O grande foco das mesmas no desporto fez passar pelas coletividades do concelho um vasto conjunto de desportistas, muitos deles verdadeiros campeões que enchiam não só de satisfação e alegria a massa associativa, mas também a sua montra de troféus, muito característica destas instituições durante os tempos áureos da competição local e mesmo nacional.

Na Cultura, as coletividades tinham (e ainda têm), a sua verdadeira aposta nas bandas filarmónicas que enchiam de vaidade e de ego, a sua estimada e apreciada banda, que composta de músicos da terra, tinham as melhores pautas e a melhor sonoridade. O orgulho da coletividade era a sua banda filarmónica, funcionando ainda nos dias de hoje como uma verdadeira escola de músicos dando continuidade com muito sacrifício e muito empenho, a um trabalho notório e invejável com décadas de existência.

Ainda na Cultura, passaram pelas coletividades de Almada muitos atores amadores, tal como outros que depois alcançaram voos mais altos e noutros palcos, mas sempre com a sua coletividade no coração onde deram os primeiros passos.

As performances de rua, as tradições que se foram enraizando através do tempo, os bailes que enchiam os nobres salões ou os espetáculos e concertos de música, as passagens de ano, as Procissões e demais festividades, os churrascos e as sardinhas ao ar livre nos Santos Populares, tal como as discussões de futebol e de política nos bares, fazem parte do verdadeiro espólio material e imaterial do associativismo do concelho que deve, obrigatoriamente, ser conservado e mostrado às novas gerações.

As tertúlias, os encontros, as sessões temáticas, as matinés ou as noites de cinema, os jogos populares ou de mesa, são recordações que devem ser preservadas e, se possível, representadas, para que as memórias permaneçam no tempo e se dignifique toda a história local de um povo que viveu e atravessou dois séculos.

Nos dias de hoje, infelizmente, muitas destas práticas e tradições costumeiras, foram-se apagando e outras foram sendo substituídas por novas formas de diversão, novos hábitos adequados a novos tempos, razão pela qual, muito espólio se vai perdendo no tempo, ficando apenas as memórias daqueles que ainda vivem para as contar ou as que vão passando de boca em boca e de geração em geração.

O Associativismo em Almada mudou e adaptou-se às novas realidades e à era da nova tecnologia. Contudo, a entrega à causa e ao espírito do associativismo, continua lá; bebendo dos seus antepassados e confiante com o futuro.

Exemplo disso é a já criada casa das associações do concelho de Almada, sediada na Charneca da Caparica, provando que os almadenses continuam a acreditar na força do movimento associativo ao mesmo tempo que querem mais empenho e investimento naquela que pode ser um complemento à educação, ao desporto, ao lazer e à cultura dadas pelo poder central e local.

Todavia, ao longo dos anos, algumas coletividades foram perdendo a sua identidade em resultado de vários fatores, umas encerrando mesmo as suas portas ou com atividade mínima, outras perdidas no tempo esperando que alguém as possa resgatar e dar-lhe de novo vida e dinâmica.



Posto isto, haverá não só a necessidade de manter a sua história como preservar o seu riquíssimo espólio que se confunde também com a história de Almada.

Para tal, é imperativo que toda essa história e todo esse espólio seja salvaguardado e recolhido para conservação ao mesmo tempo que se funde com o associativismo do novo século colocando-o ao dispor da população num espaço aberto ao público, digno, cuidado, protegido e de promoção do trabalho presente e passado das coletividades e do movimento associativo do concelho de Almada.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 27, 28 e 29 de abril, na localidade do Monte da Caparica, vem através da presente Moção defender a criação do Museu das Coletividades e do Associativismo de Almada, com o objetivo de promover a importância e o papel fundamental que as coletividades tiveram ao longo de décadas e continuam a ter no concelho, ao mesmo tempo que servirá de depósito para conservação do espólio passado e presente das coletividades expondo o mesmo junto do público prestando dessa forma a verdadeira homenagem ao movimento associativo.”

6.4.23 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Recomendação “Alargar o Acesso Gratuito da Rede WI-FI a mais Zonas do Concelho”;

6.4.23.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A vivência e a convivência no espaço público devem ser apanágio de sociedades desenvolvidas, democráticas e viradas para a sociabilização coletiva, constituindo-se esse espaço como meio de usufruto de partilha de laços de proximidade e de interação comunitária reafirmação a génese gregária do ser humano em sociedade com o seu semelhante e com o mundo que o rodeia.

Os espaços públicos são cada vez mais locais de aglomerados de pessoas em busca da socialização fora de portas, exteriorizando e procurando novas experiências e novos modos de viver em comunidade, aproveitando as novas ferramentas e as oportunidades que a tecnologia tem vindo a dispor de forma supersônica, à medida que se vai aperfeiçoando a se adaptando às verdadeiras necessidades da sociedade, ajudando a criar novos hábitos e novas rotinas que facilitam o acesso a bens e serviços, mas também ao lazer e ao merecido ócio.

As inúmeras formas de interagir e de comunicar, também elas têm sofrido transformações consideráveis, e com elas a mudança de paradigma no que concerne ao relacionamento entre as pessoas, entre as pessoas e as instituições e estas últimas com elas próprias.

Hoje em dia, o acesso à informação é feito em segundos numa viagem que pode percorrer os quatro cantos do mundo, e com origem em qualquer parte do globo, tornando essa informação democratizada e de fácil acesso.

Essa transformação deu-se com a massificação, o aperfeiçoamento e a distribuição da internet em larga escala moldando a forma de comunicar e de interagir em sociedade.

Contudo, e apesar do acesso muito mais democratizado às novas tecnologias e aos novos meios de comunicação, é patente ainda a carência no acesso à internet por muitos cidadãos quer por iliteracia informática quer ainda pelo constrangimento financeiro no acesso às novas plataformas e adesão aos modos de navegação, não obstante, as diversas campanhas facilitadoras de angariação de novos utilizadores.

Desta forma, é imperativo que os espaços públicos possam também eles ser uma oportunidade onde o cidadão se encontra com o seu próximo, mas também onde possa ter oportunidade de aceder de forma livre aos novos meios de comunicação juntando-se à nova vanguarda não só de conhecimento, mas também à primeira linha de desenvolvimento ao acesso às novas tecnologias.

Assim, considerando que as políticas de desenvolvimento locais, entre outras, têm como objetivo a atracção e o usufruto do espaço público por parte do cidadão, nomeadamente, em locais de diversão, jardins públicos, zonas históricas, de cultura e de lazer,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Considerando que quanto mais diversidade e oferta existir no espaço público mais atrativo e competitivo se torna, arrastando com isso um conjunto maior de oportunidades,

Considerando que o acesso à internet livre é uma forma inovadora e cada vez mais utilizada para atrair novas centralidades e novos nichos comunitários da sociedade,

Considerando que o concelho de Almada apesar de já disponibilizar livremente o acesso ao denominado Wi-Fi em determinados locais e zonas do concelho, a sua cobertura deverá ser ainda mais abrangente, a fim de chegar a mais almadenses e visitantes, como também ajudar a criar novas centralidades,

Considerando ainda que apesar desta nova tecnologia fazer, inequivocamente, parte do futuro, é fundamental que o seu acesso seja feito de forma rápida e descomplicada, e prestada em segurança aos seus utilizadores,

Concluindo-se esta necessidade, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2022, na localidade do Monte de Caparica, recomenda à Câmara Municipal de Almada, que providencie o alargamento a mais zonas e localidades do concelho, do acesso à rede de Wi-Fi gratuita, de forma adequada, rápida e em segurança.”

6.4.24 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma “Proposta de Intervenção e de preservação ambiental controlada em Vale Bem, Aroeira, Charneca de Caparica”;

6.4.24.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nota Prévia

O Grupo Municipal do Partido CHEGA, apresenta a sua Proposta n.º 2022- 001-GMPC e sobre ela concretizou pontos que entende serem passíveis de análise, na defesa dos melhores interesses Ambientais do Município e em prol de todos os Almadenses, tendo em conta a boa prossecução dos Princípios de Transparência e Verdade, na qual assenta uma gestão sustentável, rigorosa e prudente do Ambiente.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA apresenta assim a sua melhor Proposta n.º 2022-001-GMPC, através de pontos de entendimento e de convergência com as áreas do Ambiente e Espaços Verdes.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA elabora a presente Proposta, tendo por base a sua melhor contribuição para um melhor processo e procedimento em termos Ambientais, seguindo uma linha criteriosa e essencial do Partido CHEGA, no Município de Almada.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA defende o Ambiente, os Ecossistemas e todos os espaços verdes do Município, tendo em conta uma gestão rigorosa, prudente, sustentável do Ambiente, de acordo com o seu Programa, tendo em atenção as melhores intenções e os melhores interesses do eleitorado do Município de Almada.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA recolheu informações sobre o terreno em apreço, junto da competente Divisão do Património.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA vem, mui respeitosamente, apresentar a sua melhor Proposta n.º 2022-001-GMPC - por entender que esta faz jus à Causa maior de todos os Grupos Municipais, uma vez que os Membros da Assembleia Municipal – Deputados Municipais – numa rigorosa representação dos seus eleitores, defendem, categoricamente, num cômputo geral, o Meio Ambiente e a sua preservação enquanto Ecossistema.

Da Proposta:

Vocabulário:

a) Meio Ambiente = em biologia, inclui tudo o que afeta diretamente o metabolismo ou o comportamento de um ser vivo ou de uma espécie, incluindo a luz, o ar, a água, o solo ou os outros seres vivos que com ele coabitam.



b) **Ecosistema** = é uma comunidade de organismos que habitam a terra - ecossistema e as interações dos componentes bióticos e abióticos.

São de extrema importância para uma grande variedade de organismos, incluindo a espécie humana, devendo-se ter em conta/apreço a sua conservação, restauro e uso sustentável. Estes são o foco do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15, um dos 17 objetivos definidos pelas Nações Unidas a atingir até ao ano 2030.

c) **Habitat** = um habitat é uma área ecológica ou ambiental que é habitada por uma determinada espécie de animal, planta ou outro organismo. O habitat está relacionado ao lugar, ou ambiente físico, em que esse organismo vive e onde pode encontrar alimento, abrigo, proteção e companheiros para reprodução. É o ambiente natural em que vive um organismo, ou o ambiente físico que envolve uma população de espécies.

d) **Limpeza controlada de terrenos** = é a limpeza de terrenos que se efetiva sob visão de Técnico-especialista a fim de preservar arbustos, plantas e árvores autóctones, eliminando as espécies invasoras que acabam por se suplantarem em desenvolvimento às anteriores, estas originárias nos espaços.

e) **Bacia de retenção de águas** = as bacias de retenção são estruturas de armazenamento de águas pluviais, com o objetivo de regularizar os caudais, possibilitando a restituição a jusante de caudais compactáveis com o limite previamente fixado ou imposto pela capacidade de vazão de um coletor existente ou a construir.

As bacias de retenção de águas podem constituir uma importante medida de controlo na origem, tendo em vista o amortecimento dos caudais de cheia e a gestão sustentável de sistemas de drenagem, em particular nas situações de expansão e reabilitação urbana

f) **Águas pluviais** = é a água provinda das chuvas, que é coletada pelos sistemas urbanos de saneamento básico nas chamadas galerias de águas pluviais ou esgotos pluviais e que pode ter tubulações próprias.

Considerando que:

a) o terreno assinalado na planta que segue em anexo é parte integrante do domínio público municipal, correspondente à área para arruamentos, espaços livres e zonas verdes, cedida ao Município de Almada no âmbito do Loteamento n.º 155, para o qual foi emitido o Alvará n.º 175, sito em Vale Bem, Aroeira, Charneca de Caparica;

b) A referida área de domínio público municipal encontra-se inventariada sob o n.º 61894;

c) O terreno confronta com a Avenida de Vale Bem, Rua Miguel Lupi, Rua Estrela Faria, Rua dos Lobitos, Rua Gervásio Lobato, Rua Júlio Dinis e Rua António Quadros, na freguesia da Charneca da Caparica, segundo Planta de localização, que se anexa;

d) O Município detém esta parcela de terreno, onde predominam Pinheiros, arbustos e mato, sendo o habitat de várias espécies de aves, que ali abundam e que ali pernoitam;

e) O Município, sendo dono e proprietário desse espaço, deve-se pautar pela preservação do Ambiente e do próprio Ecossistema ali existente;

f) no ano de 2013, data a confirmar, um incêndio deflagrou nesse terreno e destruiu várias árvores, de pequeno e meio porte;

g) desse incêndio muito do ecossistema foi destruído, dando lugar a mato incontrolável;

h) esse terreno não permite um acesso rápido e eficaz em termos de limpeza e combate a um outro potencial incêndio;

i) a limpeza controlada de toda a zona trará um enorme benefício ao ecossistema ali existente;

j) neste terreno há uma Bacia seca de retenção de águas pluviais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- k) este terreno é atravessado por uma linha de água;
- l) este terreno é circundado por habitações diversas, Colégio, Escola, Comércio e Serviços vários;
- m) neste terreno existe um passadiço danificado, usado por crianças/estudantes, que o percorrem a fim de ingressarem nas escolas que frequentam. Será salutar recuperar o mesmo, expandindo-o. Dever-se-á implantar/fixar a devida e necessária iluminação - luzes led com painéis solares – a fim de permitir o acesso à mata em segurança;
- n) neste local verifica-se um crescimento descontrolado de Acácias, espécie invasora, pelo que será necessário reduzir ao máximo a sua expansão;
- o) neste terreno/local poderá ser introduzida uma ave: a “Chapim Azul”, “Cyanistes caeruleus”, espécie da nossa avifauna florestal, responsável pelo controlo da minhoca do Pinheiro, uma vez que esta faz parte da sua alimentação; será uma mais-valia para todo o coberto vegetal da Charneca da Caparica;
- p) este espaço verde é dos poucos existentes, sob a tutela da Câmara Municipal de Almada, na freguesia de Charneca da Caparica e Sobreda;
- q) este espaço é um pulmão no meio do aglomerado de habitações existentes nas suas zonas limítrofes;
- r) este espaço verde tem interesse público;

O Grupo Municipal do Partido CHEGA apresenta assim a sua melhor Proposta, o que faz à luz do Princípio da Cooperação e da Colaboração – que deve sempre existir entre todos os Membros da Assembleia Municipal – salvaguardando interesses e Direitos consagrados na Lei de Bases do Ambiente, seguindo as Diretivas Comunitárias em termos de Política Ambiental.

Da Proposta de Intervenção e de Preservação Ambiental Tendo em conta todos os Considerandos supramencionados, dever-se-á intervir no sentido de preservar o meio ambiente que se menciona, preservando o seu ecossistema, a sua bacia seca de retenção de águas pluviais, o habitat de todos os seres vivos que por ali abundam, introduzir neste habitat o Chapim Azul, tornando o espaço aprazível e igualmente acessível aos Bombeiros e aos Técnicos de limpezas de terrenos.

Para tanto, é necessário que o Município de Almada entenda da sua inteira responsabilidade a limpeza do terreno, na defesa do meio ambiente que existe e na defesa dos melhores interesses públicos e privados.

Deverá o Município de Almada tomar toda e qualquer diligência que entenda por necessária para atingir o fim que se pretende, no mais curto espaço de tempo, evitando assim as épocas do ano mais propícias a incêndios, por existirem matérias e materiais no terreno, igualmente propícios à ignição que irão provocar o incêndio, em tudo catastrófico.

A Proposta contempla assim a criação de um Plano de Intervenção, sob a forma simplificada, que preveja:

- a) Limpeza do solo controlada;
- b) Preservação das espécies autóctones e abate de espécies invasoras;
- c) Reconstrução da Bacia Seca de retenção de águas pluviais;
- d) Criação de um parque natural controlado;
- e) Construção de acessos de pessoas e de veículos dos bombeiros;
- f) Criação de bocas-de-incêndio;
- g) Implantação e distribuição de iluminação LED, sustentada por painéis solares por todo o espaço;
- h) Recuperação e expansão de passadiço existente;



i) Introdução do Chapim Azul;

Nestes Termos e nos demais de Direito, deverá a presente Proposta:

a) dar entrada na Assembleia Municipal de Almada;

b) ser presente à Conferência de Representantes a fim de ser analisada e discutida;

c) posta a votação;

d) após ser aprovada, deverá ser remetida a quem de Direito, seguindo a tramitação entendida como necessária e mais adequada ao caso concreto, de acordo com o parágrafo anterior.”

6.5 - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), João Eduardo Gerales (CDU), Karim Hassam Quintino (BE), Margarida Ramires Paulos (PAN), Ivan Costa Gonçalves (PS), António Pedro Maco (CDS-PP), António Francisco Salgueiro (PSD) e ainda Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira e Senhor Vereador Filipe Pacheco.

6.5.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação às moções apresentadas, o CHEGA vai apresentar alguns sentidos de voto.

A moção 4 do Bloco de Esquerda e moção 11 do PSD, sobre os Julgados de Paz, é um assunto com o concordamos na totalidade, é um tema que defendemos no nosso programa autárquico e é um assunto que tivemos a oportunidade de falar com a Senhora Presidente da Câmara Municipal, na reunião de direito à oposição. É algo que o CHEGA defenderá, seja proposto por que partido for, as vantagens e as boas medidas para a população serão sempre defendidas independentemente da bancada que vier.

Moção 13, saudação ao Dia Nacional dos Antigos Combatentes, do PSD. O CHEGA votará a favor da saudação do Dia Nacional dos Antigos Combatentes, saudar e honrar aqueles que servem e serviram Portugal é um dever para todos nós. Mas algo mais tem que ser feito e nesse sentido o CHEGA entregou no dia 30 de março, uma proposta para alterar o estatuto do Antigo Combatente no Parlamento Português. A iniciativa visa honrar os antigos combatentes do Ultramar e famílias através de medidas concretas que corresponda às suas reivindicações, como forma de agradecimento e da mais elementar justiça, a quem ofereceu a vida a defender Portugal, não basta saudar, é preciso defender direitos e legislar.

Moção 25, “Criação de um Museu das Coletividades e Associativismo em Almada”. A história de Almada e do Associativismo não pode ser esquecida pelo que apoiaremos esta proposta. O CHEGA já entregou um requerimento como foi referido, para saber quantas associações existem no Município e o que fazem estas a fim de apoiarmos as que realmente existem em prole do Município. Aguardamos a resposta.

Moção 5, “Criação de uma Rede Municipal de Bicicletas”, apresentada pelo PAN. O CHEGA vai votar a favor, pois o ambiente e os meios de transporte leves têm de ser uma prioridade futura deste Concelho.

Moção 24, “Condenação À Invasão da Ucrânia”, apresentada pelo CDS-PP, e moção 3, do Bloco de Esquerda “Em Defesa da Ucrânia”. Votaremos a favor das moções que condenam a barbárie invasão russa, sem subterfúgios e que propõe ajuda e apoio aos refugiados ucranianos.

Em relação à moção 17, “Em Defesa da Paz” apresentada pela CDU, nós solicitamos que a mesma seja votada por pontos e depois temos uma declaração de voto no final.”

6.5.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para deixar o sentido de voto da CDU relativamente aos textos que não acompanharemos favoravelmente na votação.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Iremos votar contra as duas propostas relativas à guerra na Ucrânia.

A do Bloco de Esquerda porque, solidários com o povo ucraniano e com o povo russo, como com todos os povos que são vítimas de violência semelhante, e normalmente são esquecidos, não entendemos que um texto apresentado por uma força política de esquerda, não contenha uma única palavra sobre a paz, e a necessidade da paz ser alcançada. Apela às sanções, à condenação, mas esquece a paz. Lamentável e não pode por isso, merecer a nossa aprovação.

A do CDS-PP porque, para além de não apelar à paz, o que no caso não nos espanta, o texto apresentado é um verdadeiro e descarado apelo à continuação da guerra, ao ódio e à vingança. A sua eventual aprovação, em nada contribuirá para a solução do problema. Pelo contrário, será aquilo que o povo muito bem qualifica, como tentar apagar o fogo deitando-lhe gasolina para cima. Total desacordo.

Votaremos em abstenção a proposta de “Criação de um Museu das Coletividades e do Associativismo” também apresentada pelo CDS-PP. As coletividades e o associativismo popular, não precisam de uma casa onde seja recolhido o seu valiosíssimo património histórico e atual, mas histórico e presente. Precisam sim, de apoio concreto e objetivo para no presente e no futuro poderem prosseguir a sua nobre missão. E precisam de respeito pelo seu papel insubstituível na construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

Uma nota final relativamente às duas propostas sobre a “Criação de um Julgado de Paz em Almada”. Para dizer que votaremos favoravelmente as duas propostas e para desejar ao PSD as boas vindas a esta luta, que em Almada já tem décadas, sublinhando que o mesmo PSD, teve já nas suas mãos por diversas vezes, a possibilidade de dotar o Concelho de Almada de um Julgado de Paz, através de diferentes Ministros da Justiça do PSD, que ocuparam o cargo nas últimas décadas, mas que nunca entenderam dar esse passo, nunca é tarde para o bem. Por isso, saudamos a iniciativa do PSD nesta matéria.”

6.5.3 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma muito breve também revelar aqui o sentido de voto do Bloco de Esquerda aos vários documentos que foram aqui apresentados.

Votaremos a favor da moção trazida pelo PAN, precisamente porque consideramos que a expansão da rede ciclável e a criação de uma rede municipal de bicicletas representariam um grande desenvolvimento do nosso Município e da própria qualidade de vida dos almadenses.

Votaremos favoravelmente as moções do Partido Socialista, assim como as do PSD, excetuando a moção referente ao “Dia nacional do Antigo Combatente”, à qual nos absteremos.

Votaremos também a favor das moções do CDS-PP, e associamo-nos em particular à moção relativa à “Criação do Museu das Coletividades e do Associativismo”, porque muito do que Almada é se deve precisamente ao Movimento Associativo e à mobilização social, comunitária e bairrista das nossas coletividades.

Relativamente às moções trazidas pela CDU, votaremos a favor de todas elas à exceção da moção intitulada “Em Defesa da Paz”, onde discordamos do ponto 1 da parte deliberativa. E discordamos deste ponto porque acreditamos que estamos perante uma invasão imperialista e não perante uma intervenção militar. É verdade, que a NATO e os Estados Unidos da América têm, historicamente falando, um percurso conhecidíssimo de ingerências externas e de tentativas de controlar e manipular os destinos políticos e económicos de muitos países do Globo. Também é verdade que a NATO deveria ser responsabilizada pelos inúmeros crimes de guerra que cometeu por exemplo, no Iraque, no Afeganistão, na Síria, na Líbia e em outros países que nos são mais periféricos, e também não é menos verdade, que a imposição americana de armamento e a instalação de bases da NATO ao longo das fronteiras da Federação Russa têm resultado num agravamento das tensões tal e qual como nos tempos da guerra fria. Mas, mesmo sendo tudo isto verdade, nada pode desculpar a invasão de Vladimir Putin à Ucrânia. E muito menos o genocídio e o extermínio indiscriminado de civis que está a ocorrer.



Senhoras e Senhores Deputados Municipais, no Bloco de Esquerda somos inteiramente a favor da autodeterminação dos povos, não há contexto histórico que justifique a agressão de um povo. Por isso mesmo, pedimos à CDU a votação em separado do ponto nº 1 da parte deliberativa. Estamos de acordo com o resto do documento, mas sobre este ponto em particular discordamos inteiramente com a forma como está redigido.”

6.5.4 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para dar também nota de que o PAN irá votar favoravelmente a maioria dos documentos, deixando aqui apenas algumas anotações.

Associamo-nos naturalmente, aos votos de saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio, assim como às moções que apelam à solidariedade para com o povo ucraniano.

Em relação a esta temática, gostaríamos de acrescentar que o PAN tem recebido denúncias de situações em que os refugiados que chegam a Portugal são impedidos de manter os seus animais consigo, pois muitos dos alojamentos não o permitem. É incompreensível que depois destas pessoas terem passado por situações tão traumáticas, terem conseguido fugir da guerra e de trazer os seus animais consigo, seja-lhes agora vedado à chegada a Portugal, o direito de estes permanecerem alojados consigo. Assim é importante que sejam disponibilizados alojamentos que permitam esta permanência.

Nesse sentido, gostaríamos de propor ao Bloco de Esquerda a inclusão de mais um ponto na sua recomendação que passo a ler: “Que o executivo municipal ensede todos os esforços para garantir que no Concelho de Almada se implementam as políticas necessárias para acolher pessoas refugiadas sem as separar dos seus animais de companhia e prestar-lhes o acompanhamento necessário”.

Somos também a favor da implementação dos Julgados de Paz em Almada, consideramos esta uma medida bastante relevante.

Relativamente à proposta do CDS-PP, para a “Criação do Museu das Coletividades e do Associativismo”, consideramos uma boa ideia na teoria, mas caso se venha a realizar achamos que deverá ser um museu dinâmico e moderno para não correremos o risco de acontecer o mesmo que aconteceu ao Museu da Música Filarmónica.

Relativamente às propostas do CHEGAS, parece-nos um pouco avulso que se comente obras numa determinada estrada ou limpeza de ruas específicas ou fiscalização de estacionamento em determinada área do Concelho, uma vez que são muitas as zonas do Concelho que necessitam de intervenção. E existem já projetos em vigor ou em revisão sobre estes problemas.

Dito isto, não votaremos contra as propostas, no sentido em que visam a melhoria do espaço público, mas iremos pedir a votação de alguns pontos em separado uma vez que algumas destas propostas não se coadunam a nosso ver com a natureza dos espaços. Nomeadamente, na proposta de intervenção de Vale Bem, na proposta da Mata Nacional, o ponto g), pois não concordamos a implantação e distribuição de iluminação noturna e artificial num espaço natural.

Finalmente, relativamente à moção da CDU com o título “Em Defesa da Paz” iremos votar contra o ponto número 1, não nos revemos de todo na narrativa apresentada nem nas palavras utilizadas. Não é possível existir diálogo enquanto ofensiva militar em curso e a invasão num país democrático não cessar. Não poderá existir paz enquanto o invasor não for travado.”

6.5.5 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a estas moções que temos em discussão e começando pelas moções apresentadas pelo Partido CHEGA, nós entendemos que, há certas funções que são da Câmara Municipal, outras funções que são da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal dispõe dos técnicos que são especialistas nestas matérias, os decisores políticos que são eleitos na Câmara Municipal, depois a eles também lhes cabe tomar decisões sobre



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

onde gastar ou não os recursos públicos e nas intervenções que devem ser feitas, e, portanto, não nos parece que este tipo de moções sejam uma mais valia nesta Assembleia Municipal, portanto, rejeitamos as moções que foram aqui apresentadas pelo Partido CHEGA.

Relativamente às outras moções, votaremos favoravelmente a esmagadora maioria delas, com algumas ressalvas.

A moção do PAN, relativamente à expansão da rede ciclável, o Partido Socialista votará naturalmente a favor, mas gostaríamos também de dizer que é evidente o atraso estrutural que o nosso Município tem nesta área, que é um atraso estrutural de décadas, é incompreensível que as nossas redes cicláveis não cubram hoje todo o Município, é algo pelo qual este órgão também se deve penitenciar, é algo onde nós temos que avançar, não é possível nós querermos retirar os carros do centro da cidade se depois não tivermos também forma de ter mecanismos de mobilidade suave que vão aos centros das cidades, aos centros das localidades. Portanto, se queremos melhorar a vida dos nossos moradores das cidades, se queremos contribuir para uma transição energética e climática que sustentem o nosso futuro, não há outra forma também sem que exista investimento nesta área. Portanto, associamo-nos de forma muito veemente a esta moção.

Relativamente ao voto de saudação apresentado pelo Bloco de Esquerda relativamente ao 1º de Maio. Estamos favoráveis a todos os pontos resolutivos, a questão que temos é precisamente com o facto de se misturarem questões que a nosso ver não devem ser misturadas, a saudação à luta dos trabalhadores é algo que nós acompanhamos, não acompanhamos algumas das considerações que são feitas relativamente a alguns trabalhadores em concreto, porque as questões não são assim tão simples como são colocadas neste documento, e, portanto, votaremos contra os considerandos, mas votaremos favoravelmente todos os pontos resolutivos.

Relativamente à moção que foi apresentada pela CDU, “Pelo apoio aos Bombeiros no consumo de combustíveis”. Nós somos naturalmente, favoráveis ao apoio às corporações de Bombeiros, somos favoráveis ao ponto 1 e ponto 3, não podemos ser favoráveis ao ponto 2, precisamente por aquilo que está referido nos considerandos que é, que já existe um apoio às associações para fazer face ou para mitigar aquilo que são os aumentos dos combustíveis, que são também e também é referido em várias moções, que são também muito fruto quer da crise pandémica, quer mais recentemente da invasão da Rússia à Ucrânia e das sanções que os países ocidentais aplicaram à Rússia e muito bem. O preço por ter petróleo barato não é um preço que nós queiramos pagar ou que queiramos ter petróleo barato a troco da nossa liberdade. Portanto, se temos que aplicar sanções à Rússia, temos que tentar por todos os meios e os meios que temos à nossa disposição, atacar economicamente o país que provocou esta invasão e, portanto, isso tem custos nas nossas vidas infelizmente, aquilo que o Governo está a fazer é tentar junto das famílias, das empresas e também das corporações de Bombeiros, dar alguma ajuda para mitigar os problemas que agora existem. Portanto, votaremos contra o ponto 2, votaremos contra os considerandos, mas votaremos favoravelmente o ponto 1 e o ponto 3.

Relativamente à saudação ao Dia do Trabalhador que foi apresentada pela CDU. Dizer também que nós estamos favoráveis aos pontos resolutivos, mas são tecidas considerações nos considerandos que nós não acompanhamos. Desde logo, fala-se numa suposta crise política que o país enfrenta, o país enfrentou há alguns meses uma crise política que foi causada pela tática e pelo jogo político-partidário muito em particular pelos partidos à esquerda do Partido Socialista, que optaram por provavelmente também temendo os efeitos da crise pandémica, não quererem estar associados às políticas que viriam a ter que ser tomadas, optaram por taticamente fazer cair o Governo, criar uma crise política e essa crise foi resolvida nas últimas eleições de janeiro. Portanto, não nos revemos nesta questão e não nos revemos também noutros considerandos que são tecidos ao longo da moção e, portanto, voaremos contra os considerandos e a favor dos pontos resolutivos.

Relativamente à moção “Em Defesa da Paz”. Há um mar que nos separa da posição que a CDU manifesta sobre a guerra da Ucrânia, sobre a invasão da Rússia à Ucrânia, isso é sabido, aliás, tem sido amplamente discutido na opinião pública. Votaremos naturalmente contra os considerandos e o 1º ponto dos pontos resolutivos, não temos nada a obstar ao ponto 2, ao ponto 3 e ao ponto 4, e, portanto, procuramos também encontrar aqui um mínimo múltiplo comum nas posições desta Assembleia Municipal.



Relativamente à moção apresentada pela CDU que “o custo de vida aumenta e o povo não aguenta”, votaremos contra. É verdade que o custo de vida aumenta e aquilo que o Governo tem feito e os poderes públicos têm feito, é tentar que estes aumentos sejam mitigados como já disse. Portanto, tendo em conta a guerra que atravessamos, que esperemos que possa acabar a breve trecho, mas que nós não fazemos ideia na verdade quando é que pode acabar, o Governo tem tomado algumas medidas no sentido de aliviar os bolsos dos portugueses, ainda hoje foi promulgado pelo Presidente da República a descida do ISP, no sentido de poder baixar, não baixar diretamente, mas equivaler à baixa do IVA de 23% para 13% dos combustíveis porque não é possível baixar o IVA sem que exista acordo da Comissão Europeia. E, portanto, enquanto esse acordo não chega, o Governo baixa os impostos, sendo certo também e acho que todos partilhamos desta preocupação, que não é sustentável que nós tenhamos combustíveis fosseis a serem taxados com uma baixa tributação, porque de facto é verdade que temos uma crise em mãos que é a crise energética, mas temos outra crise que é a crise climática que não desapareceu e que perante a qual nós temos que dar resposta. Portanto, a aposta que o país que o país tem quer fazer é mesmo a aposta nas energias renováveis é algo em que o Partido Socialista tem trabalho e obra feita, o que nos permite hoje esta numa posição de soberania energética que é muito superior à da maior parte dos países europeus, ainda assim e perante as condições específicas que vivemos neste momento, o Governo optou e bem, por baixar a tributação dos combustíveis fosseis. Portanto, para além de todos os apoios que já existiram ao longo dos últimos meses, dir-me-ão com certeza, pode não ser suficiente para aquilo que são os aumentos, não sabemos até onde é que irá esta crise inflacionista, esta crise energética, não sabemos se é suficiente ou não, mas são as medidas que são possíveis tomar neste momento para tentar mitigar os efeitos destas crises. Grande parte destas questões não dependem de Portugal, mas aquilo que nós temos que nos preparar é para termos políticas robustas que nos permitam enfrentar estas crises. Isso passa por ajudar as famílias, passa também por não colocar crise em cima da crise, por não aumentar e por não colocar força à espiral inflacionista, portanto é com toda essa precaução que o Governo está a agir, porque de facto, não existe nenhuma outra política que possa ser tomada neste momento, que tenha efeitos garantidos e que possa assegurar que estas crises acabam. Temos é que estar vigilantes e tentar acorrer a todos os problemas mais imediatos especialmente dos mais vulneráveis da nossa sociedade.”

6.5.6 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para lamentar que o Partido Socialista não nos acompanhe na exigência que tem décadas e que diversos Governos têm feito orelhas mocos à atribuição do direito das Associações Humanitárias dos Bombeiros no acesso ao gásóleo verde. E fá-lo dizendo que, o Governo já disponibilizou algumas medidas que são apenas adiantamento de algumas outras medidas. E lembrar o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, que é também Deputado na Assembleia da República, que está em vigor a Lei 42/2020, 18 de agosto, que estabelece um Regime Especial Temporário de apoio às Associações de Bombeiros no âmbito da COVID 19, e que o Governo nunca cumpriu. E que designadamente obriga o Governo e as instituições públicas a cumprir aquilo que nós propomos nesta moção.

É só apenas lamentar a posição do Partido Socialista nesta matéria.”

6.5.7 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para duas pequenas notas relativamente às duas primeiras moções do Bloco de Esquerda, não para contrariar, mas apenas para clarificar algumas questões que me parecem que podem induzir uma leitura errada dos factos.

A primeira tem a ver com a questão da saudação ao 1º de Maio, que obviamente, subscrevemos em toda a sua extensão, mas, sub-repticiamente, aqui no meio do texto, aparece: “a precarização laboral recente vivida pelas trinta e nove auxiliares”. Eu pensava que isto já estava claro. Na Câmara Municipal, aqui na Assembleia Municipal, li a Lei, não consigo perceber, não é por se dizer vinte vezes uma coisa que não é verdade, que ela passa a ser verdade. E os Senhores Deputados Municipais sabem e eu mostrei a Lei, o artigo 60º exatamente



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que aludem em tudo o que é documento que me chega, que tem uma alínea b) no ponto 1, que é clarinha. Quando diz que, aqueles contratos têm que estar por trabalhadores que estão na esfera jurídica de outra entidade, refere as trabalhadoras que vêm das escolas que estavam sob a responsabilidade do Ministério da Educação e passam para nós, e essas regularizamos todos. Todos os vínculos precários que existiam nas escolas da responsabilidade do Ministério da Educação e que para nós passaram, não tivemos qualquer dúvida. Agora, estas trabalhadoras não estavam na esfera de outra entidade, não estavam. Estavam no Município. Percorremos todos os caminhos. Há uma coisa que eu não consigo entender, porque é que o faríamos? Porque somos a central da maldade? Porque somos sádicos? Porque temos prazer em ver as pessoas sofrer porque não lhes regularizamos os vínculos? A solução encontrada foi a solução possível e garantiu que as trabalhadoras até ao concurso a que todas concorreram e com certeza todos irão ficar e aí com contrato por tempo indeterminado, ficará resolvida. Agora, não tínhamos outro caminho. E queria chamar a atenção de uma outra coisa, prometeram aqui várias organizações, forças políticas, pareceres, até hoje ainda não recebi nenhum parecer, ou melhor, recebi, mas foram aqueles que eu pedi e que me diziam todos exatamente aquilo que eu disse. Não é possível, não é possível. É possível para as outras, não é possível para essas. Não consegui que me entregassem nenhum parecer a dizer sim senhor, é possível.

Queria deixar isto porque acho que é bom que isto fique clarificado. Eu penso que as trabalhadoras, com quem eu já falei, com muitas delas, perceberam exatamente a questão. Mas penso que não é muito agradável que, a propósito do 1º de Maio, que é uma coisa que nos deve unir e que todos com certeza subscrevemos, que venha mais uma vez a afirmação de uma coisa que não corresponde à realidade.

A outra questão tem a ver também com a segunda moção do Bloco de Esquerda e que tem a ver com apoio aos refugiados ucranianos. E porque é que eu vou aqui fazer algumas clarificações? Porque quem ler esta moção, e eu leio: “que o município de Almada se disponibilize...”, quer dizer que não se disponibilizou. Sou Professora de Português e isto é um bocado complicado. “Se disponibilize” é porque não se disponibilizou. O Município de Almada, desde o primeiro dia em que se começou a falar em vinda de refugiados, desde o primeiro dia, que procurou encontrar uma forma de os acolher, e está a acolhe-los. Senhor Deputado Municipal eu vou lhe dizer, para já começou com géneros (foi a primeira iniciativa), que mandamos trinta e cinco toneladas para a Ucrânia e temos mais para mandar, temos muitos géneros em armazém que irão para a Ucrânia ou em alternativa, estamos a estudá-lo, serão entregues a famílias que estão no Concelho e a informação que temos é que temos cerca de quinhentas e cinquenta famílias ucranianas no Concelho. Criamos imediatamente uma ponte entre o Município e a sociedade, quando estou a falar da sociedade aqui, estou a falar não só dos refugiados como mais alargada, no sentido de poderem entrar em contacto com o Município, SOS Ucrânia, que é um email da Câmara Municipal, que tem por trás uma equipa multidisciplinar com a educação, a saúde, o emprego e a proteção Civil. E que já visitaram dezenas de famílias. E se for possível o reagrupamento, claro que o farão. Temos neste momento no Caparica Sun Center trinta e três pessoas, que são aquelas que o ACM – Alto Comissariado para as Migrações, nos colocou, nós não colocamos ninguém por razões que todos com certeza percebem, nós temos um protocolo com o Alto Comissariado para as Migrações - ACM, temos uma equipa de autocarros que se desloca a Lisboa, com uma pessoa que fala ucraniano para os acolher, mas todas as pessoas que vêm, vêm já acolhidas pelo SEF e vêm via alto Comissariado. Sabemos todos que a grande dificuldade em muitos sítios, mas aqui em Almada também, é a habitação. Vamos assinar um protocolo tripartido com o IHRU e com o ACM, para a Porta de Entrada que é um regime que já existia, mas que agora se criou uma modalidade dirigida aos cidadãos refugiados ucranianos. E já temos sinalizadas no ACM e no IHRU, trinta e cinco famílias com as respetivas casas para que, o ACM via IHRU, possa só dar um subsídio que não será completa totalidade da renda de casa, mas é um apoio bastante significativo.

Portanto, estamos disponíveis para acolher todos, nomeadamente menores não acompanhados. Já tivemos um grupo de dezoito menores não acompanhados, que estivemos em Lisboa à espera deles, e porque surgiram vicissitudes burocráticas alheias à nossa vontade completamente e depois nós viemos embora com outras pessoas, eles foram para outro sítio. Não fazemos discriminação, é o ACM que nos põe cá, quem entende que tem que vir, e nós acolhemos. Já fizemos um protocolo com a Cruz Vermelha e temos uma equipa da Cruz



Vermelha no Caparica Sun Center, que tem um trabalhador do Serviço Social e um Psicólogo, que está a fazer o acolhimento de todas as pessoas que chegam.

Portanto, eu que sei isto tudo e acho que também já foi divulgado e está mais ou menos difundido. Eu não estou contra nada do que aqui diz, a única coisa que eu acho, é que a forma como está dito, indicia que é uma recomendação a uma coisa que a Câmara Municipal não faz, não é verdade. Temos feito tudo e temos a consciência completamente tranquila, de que fizemos tudo o que era possível e continuaremos a fazer.”

6.5.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero deixar aqui algumas considerações relativamente a estes documentos apresentados neste espaço do Período de Antes da Ordem do Dia.

Saudar a moção do PAN, relativamente à criação de uma rede municipal de bicicletas, efetivamente o Concelho e o país devem apresentar propostas que vão ao encontro daquelas que são as alternativas à mobilidade e à mobilidade suave, aquela mobilidade amiga do ambiente, quer esta proposta da rede municipal de bicicletas, quer outras que possam chegar a esta Assembleia Municipal, são sempre bem-vindas para que possamos dar continuidade à melhoria do ambiente.

Relativamente às duas moções apresentadas, quer pelo PSD, quer pelo Bloco de Esquerda, o CDS-PP saúda, é uma matéria que o CDS-PP tem vindo a apresentar nesta mesma Assembleia Municipal e tem falado ao longo dos últimos anos, nomeadamente no último mandato apresentou também uma proposta para a instalação dos Julgados de Paz, fez também chegar via Assembleia Municipal, à Senhora Presidente da Câmara Municipal, um requerimento relativamente ao ponto da situação em que está a iniciativa de colocar os Julgados de Paz no Concelho de Almada, ao qual a resposta foi que estava a ser analisado e desejamos que o mais breve possível esta realidade possa também ser implementada em Almada.

Depois, aproveitar também para saudar a moção do PSD relativamente ao Dia Nacional do Antigo Combatente. É também uma matéria bastante cara ao CDS-PP, e relembrar também, que já foi apresentado, foi discutido e foi também aprovado por maioria, a implementação da criação de um memorial ao antigo combatente, é também um desejo da Liga dos Antigos Combatentes de Almada, ao qual as Comissões já ouviram, e portanto, é uma matéria que também aguardamos e ver se é neste mandato que possa ser concretizado.

Depois, relativamente às outras moções o CDS-PP vai praticamente votar favoravelmente todas, enfim existem alguns considerando algumas moções que podemos não estar de acordo, mas isso não inviabiliza por parte do CDS-PP, não inviabiliza a aprovação dessas mesmas moções.

De qualquer maneira eu vou apenas muito rapidamente, eu acho que não vale a pena estarmos aqui como se diz, a trocar bolas de ping pong porque é bonito com certeza ver a coerência de determinados partidos, neste caso o Partido Comunista aqui CDU, quando diz que a moção do CDS-PP é uma moção belicista e que não vai de encontro à paz. A moção do CDS-PP reverte tudo aquilo que se está a passar, portanto, é a verdade. Se os Senhores não lidam bem com algumas verdades, enfim, não é culpa nossa nem é culpa com certeza daqueles que mais estão a sofrer. Mas depois eu também poderia dizer, que a moção em Defesa da Paz por parte da CDU, é um exercício de cinismo e de hipocrisia perante toda aquela que tem sido a escalada de violência que se passa naqueles países de leste e que há muito se calhar se estaria à espera.

De qualquer maneira nós vamos votar contra esta mesma proposta, porque acho que não vai de encontro aquilo que nós preconizamos.

Para terminar, eu diria à CDU, a história já se encarregou de provar que não têm a verdade. Mais tarde ou mais cedo e se calhar mais cedo do que estão à espera, a história vai provar que nunca tiveram a verdade.”

6.5.9 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente aos documentos presentes neste Período de Antes da Ordem do Dia, queremos informar que o PSD votará a favor das saudações do Bloco de Esquerda sobre o 1º de maio e o 25 de Abril, bem como a recomendação de solidariedade para com o povo ucraniano.

Votaremos igualmente a favor da recomendação do PAN relativa à rede municipal de bicicletas e expansão da rede ciclável.

Votaremos também a favor da saudação da CDU a Adriano Correia de Oliveira, assim como as moções de apoio aos Bombeiros e sobre o Custo de Vida.

De igual forma votaremos a favor da saudação do PS sobre o 1º de maio.

Votaremos a favor das moções do CDS-PP sobre a invasão da Ucrânia, sobre a criação do Museu das Coletividades e sobre o alargamento da rede Wi-Fi no Concelho.

Relativamente às propostas do CHEGA, e apesar de considerarmos que focam temas pertinentes sobre o Concelho de Almada, iremos votar contra, já que os documentos em nossa opinião não estão apresentados quer da forma quer do conteúdo, em condições para serem apreciados por este Órgão Autárquico.

Finalmente, votaremos contra a moção da CDU Em Defesa da Paz e contra os considerandos da moção da CDU sobre o 1º de Maio.”

6.5.10 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para acrescentar aqui mais três esclarecimentos sobre três das moções apresentadas, aliás, sobre quatro das moções apresentadas.

Duas delas apresentadas pelo Partido CHEGA sobre a rua do Forte, rua Nicolau Tolentino, rua Agostinho Macedo, rua Francisco Renato e rua Quinta da Horta, com bem sabem à luz do atual Regulamento de Estacionamento, estas ruas inserem em zonas não regulamentadas e, portanto, não é possível de todo fazer a emissão de dístico para residentes. E, portanto, nós também aqui nesta Assembleia Municipal, que é também muito relevante, é mais do que levantar questões, mais do que fazer política de queixa é muito importante trazer algo novo, trazer soluções e por isso nós entendemos que é muito importante o projeto de regulamento de estacionamento, que entre outras coisas prevê a criação de quarenta e duas zonas que abrangem todo o Município. Portanto, nessa condição todos os Municípios, ou nesse contexto todos os Municípios vão poder ter acesso a dístico de residente alterando aqui esta situação que é um problema e, portanto, tendo já resposta para essa questão.

Depois, relativamente à moção de alargamento da rede gratuita do Wi-Fi, muito relevante. Dizer também que a Câmara Municipal está já a fazer trabalho nesse sentido, ainda no final desta semana vamos entregar uma candidatura a Fundos Comunitários no âmbito do PRR, neste caso, dirigida a bairros digitais, em que uma das vertentes dessa candidatura é para alargamento da rede Wi-Fi, lembrar também que mais do que a rede Wi-Fi é importante nós apostarmos nas novas gerações de redes de dados, como o 5G, lembrar que a primeira praia com acesso 5G foi no Concelho de Almada. Portanto, é muito relevante, sabemos que o 5G vai trazer muitas melhorias não só ao nível de aumento de condições de acesso à internet, questões de latência e, portanto, o Município de Almada também se posiciona nessa vertente.

Por último, valorizar também aqui a moção sobre o Museu das Coletividades e do Associativismo de Almada. Muito importante valorizar o passado com o Museu. É um Museu como foi lembrado também, penso que pelo PAN, temos que perceber quais são as condições que esse Museu vai ter para que depois não aconteça como aconteceu com o Museu da Música Filarmónica e vemos até nesse Museu um espaço potencial para acolher este Museu das Coletividades e do Associativismo de Almada. Acho que é também muito importante duas outras dimensões. Por um lado, a de promover serviços partilhados para o Movimento Associativo. Por exemplo, e aqui aproveitando para saudar a União das Freguesias da Charneca de Caparica e da Sobreda, por ter já um desses espaços que foi até pioneiro, por ventura, no Concelho, com a Casa das Associações, e ter ali um espaço de serviços partilhados com o Movimento Associativo. A Câmara Municipal está também com alguns desses



projetos, projetos semelhantes, tentar manter aqui espaços de serviços partilhados com o Movimento Associativo, mas mais até importante ou tão importante como valorizar o passado, do Movimento Associativo, é valorizar o presente e valorizar o futuro. E é isso também que nós, Câmara Municipal estamos a fazer, com três iniciativas muito importantes. Por um lado, a criação do Conselho Municipal do Desporto; por outro lado, realização no último trimestre deste ano, de um grande congresso do desporto que convoque todo o Movimento Associativo a discutir a sua realidade e por último, queremos que saia desse congresso do desporto, a criação de um novo plano estratégico de desenvolvimento desportivo que estabeleça objetivos, metas e um caminho comum a todo o nosso desporto e as coletividades e todo o Movimento Associativo do Concelho.”

6.6 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.6.1 – O Voto de Saudação ao “1º de Maio” foi votado por partes, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.6.1.1 – Os Considerandos foram rejeitados com 17 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram; 17 votos a favor sendo 9 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP e 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA. Tendo-se verificado empate na votação o Presidente usou o voto de qualidade nos termos do nº 1, do artigo 73º, do Regimento da Assembleia Municipal de Almada.

6.6.1.2 – A Parte resolutiva foi aprovada por unanimidade.

6.6.2 – O Voto de Saudação ao “25 de Abril” foi aprovada por maioria com 34 votos a favor sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 9 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP e 2 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA.

6.6.3 – A Recomendação “Solidariedade com o povo ucraniano, pela implementação urgente de medidas para o apoio e acolhimento a pessoas refugiadas e de sanções contra a oligarquia russa” foi aprovada por maioria com 27 votos a favor sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 9 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.

6.6.4 – A Recomendação “Por um Julgado de Paz em Almada” foi aprovada por unanimidade.

6.6.5 – A Recomendação “Criação de uma rede municipal de bicicletas e expansão da rede ciclável” foi aprovada por unanimidade.

6.6.6. – A Recomendação “Requalificação do estacionamento na rua do Forte e à Praceta da Quinta do Forte, Almada” foi rejeitada com 20 votos contra sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 14 abstenções sendo 9 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 2 votos a favor dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA.

6.6.7. – A Recomendação “Intervenção na rua dos Três Vales: elaboração de Plano de Intervenção Rodoviária” foi rejeitada com 20 votos contra sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 13 abstenções sendo 9 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 3 votos a favor sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.6.8. – A Recomendação “Reabilitação profunda na Mata Nacional de Abas da Raposeira: Plano de Ordenamento e de Intervenção” foi votada por partes, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.6.8.1 – A alínea g) foi rejeitada com 21 votos contra sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN; 12 abstenções sendo 9 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 3 votos a favor sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.6.8.1 – O restante documento foi rejeitado com 20 votos contra sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 13 abstenções sendo 9 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 3 votos a favor sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.6.9. – A Recomendação “Requalificação do estacionamento na rua Nicolau Tolentino, rua de Agostinho de Macedo, rua Francisco Bento e rua Quinta da Horta, em Almada” foi rejeitada com 20 votos contra sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 13 abstenções sendo 9 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 3 votos a favor sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.6.10. – A Recomendação “Abertura de vistoria para verificação do processo referente a edificação inacabada, em estrutura e degradação elevada, confinando com a rua Dr. Alberto de Araújo e rua António Assunção” foi rejeitada com 20 votos contra sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 13 abstenções sendo 9 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 3 votos a favor sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.6.11 – A Moção “Pela Instalação de Julgados de Paz no Concelho de Almada” foi aprovada por unanimidade.

6.6.12 – A Saudação ao “25 de Abril de 1974” foi aprovada por unanimidade.

6.6.13. – O Voto de saudação “Dia Internacional do Antigo Combatente” foi aprovada por maioria com 33 votos a favor sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 9 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 3 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.6.14 – A Saudação ao “Dia do Trabalhador” foi aprovada por unanimidade.

6.6.15. – A Moção “Em Defesa da Paz” foi votada por partes tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.6.15.1 – Os Considerandos foram rejeitados com 24 votos contra sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 12 votos a favor sendo 9 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra e 3 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.6.15.2 – O ponto 1 foi rejeitado com 27 votos contra sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 9 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.



6.6.15.3 – Os restantes pontos foram aprovados por unanimidade.

6.6.16. – A Moção/Saudação “1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador” foi votada por partes tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.6.16.1 – Os Considerandos foram rejeitados com 22 votos contra sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA; 1 abstenção do eleito do CDS-PP, 13 votos a favor sendo 9 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 da eleita do PAN.

6.6.16.2 – A parte Deliberativa foi aprovada por unanimidade.

6.6.17 – A Saudação “Adriano Correia de Oliveira – Comemoração do 80º Aniversário do seu nascimento” foi aprovada por unanimidade.

6.6.18. – A Moção “Apoio aos Bombeiros no consumo de combustíveis” foi votada por partes tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.6.18.1 – Os Considerandos foram aprovados por maioria com 19 votos a favor sendo 9 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 17 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.6.18.2 – O Ponto 2 foi aprovado por maioria com 19 votos contra sendo 9 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 17 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.6.18.3 – Os pontos 1 e 3 foram aprovados por unanimidade.

6.6.19. – A Moção “O custo de vida aumenta, o povo não aguenta” foi rejeitada com 17 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 abstenções sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 15 votos a favor sendo 9 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.6.20 – A Moção “Saudação a todos os trabalhadores, por ocasião do 1º de Maio” foi aprovada por unanimidade.

6.6.21 – A Moção “Voto de Condenação à Invasão da Ucrânia” foi aprovada por maioria com 27 votos a favor sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 9 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.

6.6.22 – A Moção “Criação do Museu das Coletividades e do Associativismo de Almada” foi aprovada por maioria com 27 votos a favor sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 9 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.

6.6.23 – A Recomendação “Alargar o acesso gratuito da rede Wi-fi a mais zonas do Concelho” foi aprovada por unanimidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.6.24 – “Proposta de Intervenção e de preservação ambiental controlada em Vale Bem, Aroeira, Charneca de Caparica”, foi rejeitada com 20 votos contra sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 13 abstenções sendo 9 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 3 votos a favor sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

7 – Os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José Antonio Rocha (BE) e Margarida Ramires Paulos (PAN) anunciaram que apresentariam Declarações de Voto por escrito, referentes ao Voto de Saudação ao “Dia Nacional do Antigo Combatente”

7.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A esmagadora maioria dos ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa, hoje com mais de 60 e 70 anos, foi brutalmente arrancada às suas famílias e às suas terras pelo regime salazarista e atirada à força para uma guerra injusta e criminosa, provocando um sofrimento inaudito e milhares de mortos e mutilados de ambos os lados. Ainda hoje, são milhares os ex-combatentes que padecem de graves sequelas físicas e psíquicas, e grande parte vive com reformas miseráveis que em nada dignificam as suas existências. Daí ser legítimo que o Estado português lhes faça justiça e lhes preste o devido reconhecimento e solidariedade, mais precisamente no Dia Nacional do Antigo Combatente.

Contudo, ao colocar em primeiro plano as “campanhas militares entre 1961-1975”, e por não fazer referência às circunstâncias políticas da época, o Voto de Saudação ao Dia Nacional do Antigo Combatente, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata, vem normalizar as atrocidades cometidas na guerra colonial, bem como o contexto ditatorial em que esses feitos militares foram aclamados pelas hierarquias militares e políticas.

Por outro lado, este Voto de Saudação opta por uma sacralização da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), legitimando não só os desígnios belicistas e os inúmeros crimes de guerra promovidos por esta organização (i.e. Iraque, Afeganistão, Síria, Líbia, entre outros), mas também a própria existência de uma organização que ao longo da sua história contribuiu mais para o negócio multimilionário da guerra do que efetivamente para a paz.”

Assim, por não refletir aquela que consideramos ser a análise correta da Guerra Colonial Portuguesa e do papel da NATO no contexto geopolítico internacional, o Bloco de Esquerda decidiu abster-se neste Voto de Saudação.

7.2 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O PAN votou favoravelmente o Voto de Saudação apresentado pelo PSD sobre o Dia Nacional do Antigo Combatente, porque apesar do PAN ser um partido de não violência e pela paz, estamos a falar de uma guerra num regime ditatorial em que as pessoas foram chamadas a ir para a guerra sem escolha. Este período faz parte da nossa história, essas pessoas fazem parte da nossa história, por mais que possamos discordar das políticas de colonialismo ou da forma como se procedeu à descolonização. O PAN, na Assembleia da República pugnou inclusivamente para que os antigos combatentes fossem tratados com respeito e dignidade, sem esquecer o acompanhamento emocional e psicológico dos mesmos.”

7.3 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu ainda a palavra ao Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para uma saudação;

7.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria apenas saudar o dia que se celebra hoje da lembrança de todas as vítimas do Holocausto.”



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 28 de abril, pelas 21H15.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Gabriel Machado da Rosa, Ana Salvado, Nuno Matias, António Matos, José Luís Matos, Helena Azinheira, Mara Rita Silva Martins e Fernando Cruz Cordeiro.

10 – Foi verificada a presença de cerca de quinze munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

